

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 434
29 de Abril de 1982

Preço: 20\$00

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

TODOS COM O 25 DE ABRIL



AVANTE POR UM GRANDE 1.º DE MAIO!

Suplemento /

Avante!
Ano 51 - Série VII
N.º 434
29 de Abril de 1982
Suplemento N.º 1
Não pode ser vendido
separadamente

**25 ABRIL
1.º-MAIO**

■ A. Dias Lourenço
Págs. 2/3

**TORRES
do TEJO
...na
CHINA**

■ Silva Graça
vereador da APU
e deputado do PCP
mostra a Lisboa
de Abecassis
Págs. 10/11

El Salvador

No pequeno país marítimo,
e imperialismo e o recurso dos
minas pela força, o povo luta e
resiste - enquanto os desastres
feitos pelas crianças mostram
que não chega a violência
provocada por uma guerra
imperialista.
Pág. 13



**Fomos ao mar
com os pescadores
que a "AD" despreza**

■ Reportagem do «Avante!» no Algarve Págs. 8/9

A partir de hoje o **Avante!** passa a ser publicado, conforme anunciáramos, em dois cadernos: um primeiro, de 8 páginas, com o formato habitual, e um outro, de 16 páginas, em formato tablóide. Foram também adoptadas diversas alterações gráficas e de conteúdo que, com os aperfeiçoamentos que iremos introduzindo nas próximas semanas, julgamos irem ao encontro dos desejos e interesses dos nossos leitores.



O povo, a alegria e a luta encheram as ruas no passado domingo, mostrando de forma inequívoca a profunda identificação entre a esmagadora maioria dos portugueses e o 25 de Abril, com tudo o que esta data gloriosa significa. Entretanto, a poucas horas do 1.º de Maio, ultimam-se os preparativos para uma outra jornada de semelhante importância, e que irá de novo fazer descer à rua, por todo o País, centenas de milhares de portugueses. Num caso como noutro, a comemoração das efemérides surge indissociável das tarefas democráticas do presente: correr com a «AD» do Poder, mudar de governo, mudar de política!

MAIO MAIO MAIO MAIO MAIO

UNIDOS NA MESMA LUTA
1 DE MAIO 1982

DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

CGTP-IN

Os artistas da Festa

(Pág. 7)

SEMANA

21 Quarta-feira



Trabalhadores da FA em Lisboa

Milhares de trabalhadores da Reforma Agrária concentraram-se em Lisboa junto ao Ministério da Agricultura; delegações dos trabalhadores entregaram documentação sobre as ilegalidades contra a FA na Presidência da República, CR e AR. ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses manifesta a sua oposição ao projecto de decreto-lei do MHOP que pretende obrigar os inquilinos a suportar os custos das obras de reparação dos respectivos prédios. ■ A aviação israelita bombardeia campos de refugiados palestinos no Líbano, provocando pelo menos vinte mortos. ■ Jornalistas em serviço em El Salvador denunciam um massacre numa aldeia da província de Morazan pelas tropas salvadoreñas ao serviço dos fascistas no poder, após uma operação fracassada contra os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí.

22 Quinta-feira

Os trabalhadores da Função Pública cumprem uma greve de 24 horas, contra a política da AD para o sector. ■ Coop. cativistas do ramo de produção operária anunciam a realização, em 26 e 27 de Julho, do I Congresso de Produção Operária e Fundação da Federação Nacional das cooperativas daquele ramo. ■ É tomada pública a decisão do CR de promover a general o coronel na reserva João Sarmento Pimentel, conhecido republicano e antifascista. ■ Cerca de 300 praças da RML comemoram mais um aniversário da Revolução de Abril. ■ O ministro sul-africano da Defesa confirma a intenção de «lançar operações mais profundas dentro do território angolano», caso os guerrilheiros da SWAPO continuem a lutar pela libertação da Namíbia. ■ A China elogia pela primeira vez o movimento para a Paz na Europa, considerando que ele conseguiu conter a corrida aos armamentos. ■ O presidente boliviano Torrelío Villas anuncia que as eleições gerais na Bolívia, para a formação de uma Assembleia Constituinte, serão no primeiro semestre de 1983.

23 Sexta-feira



B. Horta anuncia os aumentos

O ministro da Agricultura, Comércio e Pescas, Basílio Horta, anuncia novo pacote de aumentos, em que se destaca a subida do preço do pão e do gasóleo. ■ O Secretariado Nacional da CGTP-IN divulga um comunicado saudando o 25 de Abril e a Constituição da República onde salienta que «cabe às forças democráticas honrar os seus compromissos cumprindo com as responsabilidades assumidas para com o Povo português». ■ O ministro do Interior do governo francês, Gaston Defferre, anuncia estar em elaboração um «plano de acção» contra o terrorismo internacional que visa, entre outras coisas, o reforço do controlo nas fronteiras. ■ O sub-chefe da CIA, Robert Inman, demite-se do seu cargo por não concordar que aquela organização interfira em questões internas e «muito menos nas que são dirigidas contra cidadãos americanos». ■ Calvo Sotelo, chefe do governo espanhol, diz no parlamento que não está previsto «medidas de excepção» para combater a vaga terrorista no país.

24 Sábado

O general Ramalho Eanes comparece ao almoço dos oficiais que em Santarém comemoram o oitavo aniversário do 25 de Abril. ■ O marechal Costa Gomes declara em Moscovo que a ameaça de guerra parte dos EUA, «que tentam alcançar a superioridade militar e utilizam a ameaça nuclear para levar a cabo os seus desígnios agressivos». ■ O Conselho Nacional do PSD reúne em Lisboa para debater questões da revisão constitucional. ■ O presidente da SWAPO, Sam Nujoma, declara em Luanda que as propostas do «grupo de contacto» para a solução do problema da Namíbia «vieram, originariamente, da África do Sul» e visam desfazer a resolução 435 das Nações Unidas. ■ A polícia italiana anuncia a prisão de Francesco Lo Bianco, das «Brigadas Vermelhas», condenado à revelia pelo rapto do general norte-americano James Dozier.

25 Domingo



O chefe naval inglês

Comemora-se em todo o país o oitavo aniversário do 25 de Abril; na AR Ramalho Eanes critica a política económica e social do Governo AD, e, no Rossio, Vasco Lourenço propõe «plataforma de convergência» entre os democratas. ■ Começam as comemorações do centenário da inauguração das redes públicas de telefones em Portugal. ■ As forças britânicas atacam e ocupam a Geórgia do Sul, a leste das Malvinas. ■ A Índia e a Argélia condenam o «fortalecimento da base militar norte-americana» em Diego Garcia, no Oceano Índico. ■ Nos termos dos acordos de Camp David, Israel devolve o Sinai ao Egipto; na realidade, os EUA substituem os sionistas na ocupação.

26 Segunda-feira

A Comissão Permanente do PS emite um comunicado em que se congratula com as comemorações do 25 de Abril e condena a política do Governo AD. ■ A CNA condena o aumento do preço do gasóleo e exige a actualização do respectivo subsídio. ■ São publicados no «Diário da República» os novos preços da carne e maça, cada vez mais proibitivos para a maioria da população portuguesa. ■ A reunião em Grândola sobre «regionalização», promovida pelo Governo, encerra por falta de comparência, à tarde, do representante do Governo. ■ O Primaz da Igreja católica polaca chega a Roma para uma visita de quatro dias ao Vaticano. ■ O arcebispo de El Salvador, Arturo Rivera, denuncia os perigos que o aumento de poderes da coligação de direita pode provocar no país. ■ As tropas sionistas abrem fogo contra uma manifestação de jovens numa localidade do norte da Cisjordânia, ferindo gravemente uma criança e um adolescente.

27 Terça-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, sublinha no primeiro dia da sua visita oficial à Bélgica a importância, depois, do desenvolvimento harmonioso dos países africanos e europeus, do «estabelecimento de relações políticas abertas e de relações económicas justas». ■ A Comissão Política do PS considera que a «AD» apresenta na «últimação dos trabalhos» da revisão constitucional uma «conduta manifestamente bloqueadora» da qual «se não pode descontinuar manifestamente bloqueadora de autopropriedade do actual Governo no Poder». ■ Mais de 50 000 pessoas gritam em Buenos Aires que «eram pelas Malvinas mas contra a ditadura», numa manifestação convocada pelas estruturas sindicais legalizadas pela Junta militar que governa a Argentina. ■ Na sequência da intensificação da acção da FLMN em todo o país, decorrem há dois dias violentos combates a Nordeste de El Salvador.

Editorial

DO 25 DE ABRIL AO 1.º DE MAIO TAREFAS FUNDAMENTAIS

O momento que atravessamos, ao nível da correlação de forças, é extremamente favorável a uma pronta e necessária viragem na situação política nacional. Difícilmente se poderão vir a conjugar factores tão poderosos como os actualmente existentes para correr com a «AD» da área do Poder e para uma alternativa democrática.

A vasta expressão política e social, a diversidade e riqueza das demonstrações e, sobretudo, a extraordinária força popular e unitária de massas no plano nacional das comemorações do 25 de Abril em 1982, fizeram delas uma das jornadas democráticas de maior relevo e repercussão na vida política do País nos últimos sete anos.

Nas vésperas de uma outra grande jornada histórica, que se prevê muito vasta, da classe operária portuguesa, jornada que desde a «Revolução dos cravos» lhe está estreitamente associada — o 1.º de Maio — é importante realçar alguns dos aspectos mais marcantes das comemorações do 25 de Abril.

O primeiro é a participação conjunta de toda a oposição democrática parlamentar e extraparlamentar à «AD» nas manifestações, desfiles, comícios e sessões públicas como não se verificava há vários anos, a larga base popular de todas as iniciativas, a identidade e unidade das forças participantes sobre pontos mínimos comuns, embora divergindo ainda sobre alguns pontos essenciais.

O segundo, consequência do primeiro, é o correspondente isolamento político da «AD» e o seu profundo divórcio do sentir do Povo, o abismo crescente entre a política do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral e as aspirações e interesses populares e nacionais, o antagonismo irreductível entre os projectos e a prática política da «AD» e as novas realidades produzidas pelo 25 de Abril na vida e na mentalidade dos portugueses.

O terceiro, a vitalidade do ideal libertador de Abril que persiste nas Forças Armadas e que ficou bem patente na grandeza das comemorações militares.

Estes três aspectos põem em evidência pontos esclarecedores da situação política actual que devemos reter, ou seja:

1) O Povo português na sua esmagadora maioria não quer ser governada pela Aliança reaccionária, pelos Balsemões, Freitas, Cavacos, Salgueiros, Ângelos Correlas ou quaisquer outros figurões da «AD»;

2) O Governo «AD» degrada-se no Poder, degrada as próprias instituições; perdeu a força política, crédito e coesão interna, mostra-se incapaz de governar, é a própria imagem da incompetência, da ineptia e da inoperância governativas;

3) As Forças Armadas estão com o 25 de Abril, com o regime democrático e não se dispõem a ser «um instrumento do governo» como a «AD» pretende.

De tudo isto é imperioso tirar as necessárias consequências — no plano da luta de massas, no plano das instituições, no plano da iniciativa política.

O largo leque das forças políticas e sociais participantes nas comemorações do 25 de Abril pode-se dizer que não difere aparentemente das que participaram nas do ano passado.

Lá estavam, como em 1981, comunistas, socialistas, democratas de outras tendências e independentes, Conselheiros da Revolução, numa acção unida, vasta e dinâmica.

Também se pode dizer que a força de massas não foi este ano visivelmente superior à do ano passado, embora houvesse visivelmente maior participação.

O que houve este ano digno de nota é que os socialistas participaram em bloco ao passo que no ano passado a tendência Mário Soares não somente não participou como abertamente se opôs às comemorações unitárias.

Um outro aspecto novo que deve realçar-se é a participação a vários níveis, ao lado dos partidos democráticos e democratas independentes, de todos os Conselheiros da Revolução — em número de 12 — que não integram os Altos Comandos militares.

Outro ainda que assume um significado particular foi a participação maior que nunca de oficiais, sargentos e soldados dos três ramos das Forças Armadas nas comemorações militares, a exaltação do espírito do 25 de Abril e do MFA. Em todas as realizações quer os militares do quadro permanente quer os milicianos evidenciaram uma elevada consciência do papel das Forças Armadas na defesa da democra-

cia, no seu carácter patriótico e apertado contra as tentativas de instrumentalização e partidarização dos militares pela «AD» e a grande determinação dos militares patriotas e democratas na defesa do património revolucionário do 25 de Abril.

Naturalmente que um relevo particular deve ser dado à ida do general Ramalho Eanes a Santarém com «Capitão de Abril» e como Presidente da República.

Pode-se, pois, tirar desde já uma primeira conclusão: a de que, nas grandiosas manifestações de 1982, Abril não somente mostrou a sua força nas duas componentes fundamentais que o fizeram triunfar — militar e popular — como ainda salu reforçado.

No vasto conjunto das comemorações — nas ruas e nas instituições (em especial na Assembleia da República) — uma particular atenção deve ser dada aos problemas de importância decisiva na hora actual, a saber: o carácter das alianças no campo democrático, no vasto bloco das forças políticas e sociais que se opõem à «AD»; a revisão da Constituição; a questão do Governo e da sua falta de legitimidade política.

Qual a posição das diversas formações e correntes de opinião democráticas acerca destes candentes problemas?

O «discurso político» de alguns representantes dos diversos partidos com assento na Assembleia da República e de militares, quer em sessões públicas quer em artigos e declarações aos órgãos de comunicação social, permite esboçar não só o quadro das concordâncias relativas, como das divergências de fundo entre os democratas no momento presente.

Acerca do carácter das alianças no campo democrático — e salientando o facto de nas comemorações do 25 de Abril a «esquerda» ter aparecido unida — disse Manuel Alegre no Comício do Rossio: «o sonho é de esquerda, a Revolução é de esquerda, o futuro é de esquerda».

Sem dúvida as forças de esquerda (no sentido de oposição à direita) têm um papel decisivo na defesa da democracia, na aglutinação das forças democráticas.

Seria, contudo, erróneo situar numa estrita linha de fronteira entre a esquerda e a direita a divisão das forças que estão ao lado ou se opõem à defesa do regime democrático na hora actual. A delimitação posta pelo orador do PS no comício do Rossio é manifestamente limitativa.

Precisamente uma das características mais significativas da conjuntura actual é a existência de um vasto bloco de forças políticas e sociais favorável ao regime democrático cujos limites não coincidem com os limites dos partidos, que passam mesmo em alguns casos por dentro deles e se desenvolvem para além deles e cada vez mais, à medida que se aprofundam não somente a crise geral do sistema capitalista, como a crise política, económica e social em que a «AD» mergulhou o País.

Este vasto bloco de forças políticas e sociais ganhou expressão nas eleições presidenciais de Dezembro de 1980, mas alargou-se e reforçou-se ainda mais nos embates posteriores, tornou-se a garantia mais séria de defesa do regime democrático e do 25 de Abril, é um estelo de uma verdadeira alternativa democrática à «AD», ao seu Governo e à sua política.

As declarações de dirigentes socialistas favoráveis à unidade da «esquerda», devem ser retidas no momento em que se impõe uma inequívoca posição das forças democráticas face ao plano subversivo da direita contra o regime saído do 25 de Abril.

Em neste capítulo as coisas não estão claras. A questão da revisão constitucional foi, como se esperava, o tema dominante do «discurso político» das diversas forças e partidos nesta fase comemorativa do triunfo do Movimento dos Capitães.

Problemas importantes ficaram, contudo, por esclarecer; certas das afirmações produzidas vieram confirmar as preocupações de largos sectores políticos e sociais quanto à revisão da Constituição.

A teoria dos «consensos» para a escaldante questão das «chefias militares» e da extinção do Conselho da Revolução, assim como para a definição da dupla responsabilidade do Governo, das disposições económicas e da «carga ideológica» do texto constitucional assumiu novas variantes.

Naturalmente a «AD» tem motivos para acalentar esperanças na possibilidade de levar avante o seu plano subver-

sivo contra a democracia pela via da revisão constitucional, tem «chances» de se alapar no Poder por não se sabe quanto tempo.

Mário Soares afirmou no final da entrevista televisiva no programa «Página Um» que ficava provada a inexistência de quaisquer conluíus com a «AD» para a revisão constitucional. Entretanto estas declarações foram logo desmentidas pelos pontos-chaves do compromisso do PS com a «AD» que se reavivaram no debate político dos últimos dias.

E logo no mesmo programa, o próprio secretário-geral do PS já havia tranquilizado Balsemão quando, à pergunta «que comandos passariam a ser nomeados pelo governo», respondeu «todos!».

Os discursos de Manuel Alegre no Rossio e de Jaime Gama na Assembleia da República esclarecem melhor a natureza dos «consensos» já estabelecidos entre o PS e a «AD» em matéria de revisão constitucional.

É também significativa a forma como, no meio dos elogios mais rasgados, e de considerações algo hipócritas sobre o papel «positivo» dos conselheiros, alguns dos representantes dos partidos da área FRS e da própria «AD» fizeram o «enterro» do CR.

Até mesmo a imprensa da direita tece elogios a declarações favoráveis aos seus objectivos emitidas incompreensivelmente por alguns militares de Abril.

Manuel Alegre que enfaticamente diz que o PS «nunca negociará» a irreversibilidade das nacionalizações nem a palavra «socialismo» na revisão constitucional omite a questão das chefias militares, da dupla responsabilidade do Governo e das declarações produzidas por Mário Soares após o seu encontro com os industriais do Norte. De facto, essas declarações quanto à reconsideração pelo PS de lei dos limites dos sectores e das «nacionalizações do MFA» podem esvaziar de conteúdo a «irreversibilidade» constitucional das nacionalizações, objecto de tão solenes declarações de dirigentes do PS.

Jaime Gama é mais explícito. O seu discurso na AR é todo ele um misto de namoro, de apelo e de garantia em relação à «AD», relativamente à revisão da Constituição.

A teoria «concensuária» está assim em vias de se traduzir em prática quando o texto revisado da Constituição for submetido ao plenário dos deputados.

Por outro lado a palavra «socialismo» em si nada vale se na Constituição forem suprimidas as disposições de transição que lhe dão conteúdo: as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores. O resto é palavreado.

E o palavreado de «esquerda» já é de há muito conhecido quando vocabulário tático de certos partidos políticos ditos de «esquerda» para ocultarem as suas concessões e alianças de facto com a direita.

O problema-chave da demissão do Governo «AD»/Balsemão que recebeu decisiva força nas manifestações populares e democráticas de 25 de Abril, assume no momento actual a maior gravidade. Embora uma propaganda hábil tenha tentado dar a versão de que Mário Soares exigira eleições antecipadas, o conteúdo real das palavras que pronunciou não aponta para aí como exigência imediata.

Também as próprias palavras pronunciadas pelo general Ramalho Eanes na Assembleia da República silenciam esta questão escaldante que é uma verdadeira exigência institucional da presente conjuntura.

O Governo «AD»/Balsemão/Freitas sente-se encorajado para insistir na sua política antipopular, antidemocrática e antinacional, e nas suas tentativas de superar a crise actual através do agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores. Os novos aumentos de preços de artigos de primeira necessidade são disso reveladores.

Nestas condições o movimento popular de massas não pode deixar de dar a resposta adequada a esta nefasta política, de assumir cada vez mais um papel determinante numa necessária viragem na situação nacional.

A demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão idóneo e a convocação de eleições antecipadas não podem deixar de se inscrever como grandes reivindicações políticas do 1.º de Maio, nas grandes manifestações que mobilizarão seguramente por todo o País centenas de milhares de portugueses.

A greve dos médicos e os comunistas

A Direcção do Sector da Saúde de Lisboa do PCP divulgou, no passado dia 24, o seguinte comunicado, especialmente dirigido aos médicos — mas não só:

Face à perplexidade que pode ter causado na classe a aparente oposição da Ordem dos Médicos à política de saúde do Governo AD, com o anúncio dum «grevo» por tempo indeterminado, a Direcção do Sector da Saúde de Lisboa do PCP alerta os médicos para o facto de que tal «grevo» (temporariamente adiada) não tem outro objectivo que não seja o da defesa dos chorudos proventos de um punhado de «donos» da Ordem, contra os interesses da esmagadora maioria da classe que diz representar e em total desprezo pela saúde dos portugueses.

1 — Com efeito, ao mesmo tempo que mistura algumas das justas reivindicações dos médicos portugueses com as gulosas reclamações do pagamento «à peça» e do «sistema de seguro-doença», a Direcção da Ordem dos Médicos pronuncia-se contra o decreto que cria a carreira de clínico geral, não porque pretenda melhorar as suas graves lacunas e incorrecções, mas porque pretende voltar ao famigerado despacho 404/80 do então SES de Costa e Sousa, que conseguiu a unanimidade repulsa da quase totalidade dos médicos do país.

2 — As restrições orçamentais no campo social, agravadas pelo brutal aumento do custo de vida e pela degradação sucessiva da situação económica do país, têm tido na saúde dos portugueses um efeito devastador. O Governo da AD procura fazer pagar aos doentes os custos da crise que ele próprio gerou e aprofundou, enquanto se deteriora a qualidade dos serviços públicos de saúde, faltam as condições para o exercício profissional dos trabalhadores do Sector, para a ameaça do desemprego para milhares de jo-

vens médicos. Perante a contestação cada vez mais ampla dum tal política e dum tal governo, começam a estalar as contradições dentro da própria AD. Entre os que ontem preconizavam as mesmas falsas soluções para os problemas da saúde (Direcção da Ordem e Governo), nasce o conflito entre os interesses dos primeiros e a crise dos segundos.

3 — Que não haja ilusões entre os médicos quanto à «oposição» Direcção da Ordem/Governo! A gamela é a mesma, embora seja curta, e é nas costas da classe que se cozinharão os acordos e os consensos que esta zanga de comadres anuncia.

Troca por troca, o Governo dará à Direcção da Ordem mais

qualquer maneira pelo país fora, antes das eleições autárquicas de Dezembro, para que esta possa «encher o olho» ao eleito. Traídos ficarão por mais algum tempo, os interesses da maioria dos médicos e as legítimas aspirações dos portugueses ao Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito que a Constituição impõe, a lei em vigor consagra e que o Governo da AD e a Ordem dos Médicos ignoram.

Encontro PCP – PCI

No quadro das relações existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Italiano, estiveram de visita a Lisboa em 21 e 22 de Abril, Paolo Bufalini, membro da Direcção do PCI e Angelo Oliva, membro do Comité Central.

Os camaradas do PCI encontraram-se com Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP e tam-

bém com Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Comité Central.

Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário, revolucionário e progressi-

ta, sobre a situação em Portugal e na Itália e a acção dos respectivos partidos.

Tendo ressaltado importantes diferenças de opinião, foi entretanto realinhada a vontade de prosseguir relações de amizade e solidariedade entre o PCI e o PCP e de dar continuidade ao exame franco de todas as questões de interesse comum.

Mensagem do PCP ao PPR do Laos

«Desejamos os melhores êxitos aos trabalhos do 3.º Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos assim como na realização das tarefas decorrentes do 1.º Plano Quinquenal e em todo o vosso exaltante trabalho de edificação do socialismo» — destaca-se na mensagem dirigida pelo Comité Central do PCP ao Comité Central do Partido Popular Revolucionário do Laos, por ocasião do seu 3.º Congresso.

Na saudação dirigida pelo nosso Partido, afirma-se ainda:

Em nome dos comunistas portugueses, e certo de interpretar os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saudou calorosa e fraternalmente o 3.º Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e o povo trabalhador do vosso país empenhados na edificação de uma nova sociedade liberta da opressão nacional e

da exploração do homem pelo homem.

Ao fazê-lo não podemos deixar de evocar a longa e heróica luta travada pelo povo do Laos, em aliança fraternal com os povos do Vietnã e Kampuchea, contra o colonialismo e o imperialismo, a importância histórica da derrota imposta pelas forças patrióticas e revolucionárias do vosso país e de toda a Indochina ao imperialismo norte-americano e seus lacaios, a fundação em 1975 da República Democrática Popular do Laos.

Os comunistas portugueses alegram-se profundamente com os êxitos alcançados pelo povo do novo Laos independente e soberano, sob a direcção do PPR, na reconstrução da sua pátria destruída pela guerra, na batalha contra o secular atraso feudal e pela liquidação do analfabetismo, na coopertização da agricultura, na industrialização, na promoção do seu bem-estar material e espiritual. As tarefas são gigantes e as dificuldades que tendes

de enfrentar numerosas. Estamos porém certos de que, contando com o apoio dos países da comunidade socialista e do movimento comunista internacional, as levareis a cabo com êxito. O Partido Comunista Português é activamente solidário com a vossa acção em defesa da independência e soberania nacionais, pela edificação do socialismo na vossa pátria.

Abordando a presente situação internacional e os perigos que a política belicista agressiva do imperialismo faz pesar sobre a dependência dos povos, o PCP põe em relevo as vitórias históricas alcançadas pelos trabalhadores e os povos de todos os continentes na sua luta pela independência, a democracia, o progresso social, o socialismo e o comunismo. Na verdade estamos hoje confrontados com uma violenta contra-ofensiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO que não resulta do

fortalecimento mas do enfraquecimento das posições do imperialismo e que tem como objectivos deter o processo impetuoso da emancipação nacional e social dos povos, alcançar a supremacia militar sobre a URSS e o campo socialista, reconquistar a hegemonia nos assuntos mundiais.

Hoje, porém, as forças da paz e do progresso social são mais fortes que as forças da reacção e da guerra e, se unidas, estão em condições de derrotar os planos agressivos do imperialismo. Fiel aos princípios do internacionalismo proletário, o PCP continuará a agir pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, e pelo reforço da amizade e solidariedade recíprocas das grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional. (Sobre o Laos, ver também artigo no Suplemento)

Aniversário de Lenine

No próximo dia 5 de Maio a Associação de Amizade Portugal-URSS leva a efeito uma sessão comemorativa do 112.º aniversário de Lenine, que decorrerá no Teatro Adóque, ao Martim Moniz, em Lisboa. Entrada livre.

Uma intervenção de Álvaro Mateus subordinada ao tema «Lenine e a Independência Nacional dos Povos», uma pequena mostra de livros e de sobre o grande dirigente da Revolução de Outubro e uma exposição alusiva preenchem o programa das comemorações, que terá ainda cinema, com sessões das 10.30 às 12.30 (filmes para crianças), 17.30 às 20.00 (filmes e documentários diversos), 20.00 às 21.30 («Lenine»).

As 21.30 realizar-se-á uma sessão solene, a encerrar as comemorações.

Festa da Checoslováquia

A Associação Portugal-Checoslováquia vai realizar no próximo dia 7 de Maio, na sua sede em Lisboa (Rua Artilharia, Um, 4.º), uma sessão comemorativa da Festa Nacional checoslovaca — Dia da Libertação da ocupação nazi e do fascismo.

A iniciativa está marcada para as 21 horas e incluirá a projecção do filme «Amanheceu durante toda a noite», que se refere ao levantamento popular de Praga (Maio de 1945) e à sua libertação pelo exército soviético, no dia 9 de Maio daquele ano. Haverá ainda uma intervenção pelo embaixador da República Socialista da Checoslováquia, que abordará a efeméride.

A sessão, que terminará com um convívio, estarão presentes também elementos da direcção da Associação.

Jogos da Amizade

Os núcleos da Pioneiros de Almada e do Seixal deram início no passado dia 18 aos seus Jogos da Amizade — um torneio em várias fases, inspirado nos «Jogos sem Fronteiras», que se prolongará por todo o mês de Maio e terminará em Junho, por altura do Dia Mundial da Criança. Estão previstas sessões em Monte da Caparica, Almada, Feijó, Seixal, Paio Pires e Corroios.

A «primeira mão», que a foto documenta, realizou-se na Quinta do Chegadinho, à Cova da Piedade, e nela participaram cerca de 400 crianças, distribuídas por várias equipas — Traquinas, Cucos, Trapalhões, Sorriso, Águas, Saltitos e Amigos — e as respectivas «cliques», além de alguns crescidos que sempre são indispensáveis para ajudar.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CPL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Central Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 659308.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31296.

Delegação do Sul: Central Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 778936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205-82

Tragédia do mês de Março 54 625

Nacional



Em Lisboa, a cabeça da manifestação — cuja composição reflectia o carácter unitário da jornada: participaram todas as forças da oposição e um amplo leque de personalidades independentes — foi entusiasticamente saudada, ao longo do percurso, por muitos milhares de pessoas



Ampla unidade e espírito de luta nas comemorações do 25 de Abril

«Sejam quais forem os programas oficiais, é ao povo que cabe, como em 25 de Abril de 1974, descer às ruas e praças em todo o País, e proclamar que está bem vivo, na consciência nacional, o significado de uma acção militar libertadora.» — era o apelo expresso num manifesto subscrito por diferentes apoiantes da manifestação comemorativa a realizar em Lisboa. E o povo veio realmente para a rua, não só na capital, como noutras localidades do País, festejando alegremente e em ampla e significativa unidade a passagem do 8.º aniversário de uma data que por muitas décadas não será esquecida.

lhes saberão «dizer não» — destacaremos, na impossibilidade de citar todas, as intervenções do camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP, de Manuel Alegre, pela direcção do Partido Socialista e, a encerrar o comício, a do major Vasco Lourenço.

reunidos na diversidade das nossas opções, por um mesmo objectivo — comemorar e afirmar Abril. Encerrando o comício, em que tomaram ainda a palavra Helena Cidade Moura, Eduardo Cortesão, Amadeu Ferreira, Cunha Leal, César Oliveira e Eduardo Lourenço, o major Vasco Lourenço, referiu-se ao significado actual das comemorações: «Comemoramos Abril em festa, porque recordamos o dia

a Constituição — 25 de Abril Sempre», tiveram o seu início no sábado com uma tarde dedicada à juventude. Milhares de jovens portugueses reuniram-se na Praça General Humberto Delgado para ouvir o rock de Rui Veloso e dos UHF. Foi a alegria da música mas também a alegria do 25 de Abril porque «a Revolução está viva e nela se reconhecem os jovens deste País» — como se afirmava numa comunicação da comissão promotora.

em que participava demonstrava «a elevada consciência política de um povo que apesar da intoxicação desinformativa que quotidianamente lhe é imposta por alguma comunicação social por ele paga — mas ao serviço dos que sonham com os privilégios perdidos em consequência da Revolução de Abril — sabe que os erros do Poder não devem ser imputados nem à liberdade nem ao regime democrático».

assim como outros, também promovidos por militares, por todo o País. Abertas pela primeira vez a quem nelas quis participar, as comemorações organizadas pelos militares do Quadro Permanente e milicianos incluíram um espectáculo-convívio, a pintura de um painel colectivo e várias intervenções, saudações e mensagens com a tónica principal na defesa do 25 de Abril e das conquistas democráticas.

«O general Ramalho Eanes, que proferiu uma saudação, percorreu parte do recinto da Feira, cumprimentando e trocando algumas palavras amigas com os artistas, cantores e pintores e poetas que se deslocaram a Santarém, entre os quais, José Gomes Ferreira, que foi cumprimentado com um abraço pelo chefe do Estado.

Como vai sendo tradição as comemorações populares começaram logo à meia-noite do dia 24. Lisboa foi disso exemplo. Os cravos vermelhos, por iniciativa da APU, estiveram em força nessa noite no Rossio. Outrora se passou no Porto onde a Praça Humberto Delgado foi pequena para conter os que ali se concentraram comemorando o começo do nono ano da liberdade.

Mas não se ficaram por aqui as comemorações logo às primeiras horas do dia 25. Muitas foram as povoações onde as pessoas vieram para a rua, largaram foguetes ou simplesmente deram largas à sua alegria por poderem comemorar uma data que tanto representa para o povo português.



Dia 24 à noite, no Rossio, e dia 25 de manhã, no Parque Eduardo VII, a APU — tal como o fez em muitos outros locais do país — promoveu iniciativas comemorativas da data libertadora



As comemorações em Lisboa

De manhã, cerimónias militares comemoraram o 25 de Abril. Assitiram, frente ao Mosteiro dos Jerónimos, o Presidente da República, os presidentes da Assembleia da República e do Supremo Tribunal de Justiça, membros do Conselho da Revolução, os chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, representantes dos grupos parlamentares e do corpo diplomático e ainda o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa.

Na alocução proferida aos militares, o CEMGA, general Melo Egidio sublinhou que a dependência das Forças Armadas em relação ao poder político «de modo algum pode ser entendido como uma sujeição a desígnios políticos parcelares ou partidários», defendendo que as disposições da Constituição devem assegurar «o rigoroso apatidarismo das Forças Armadas».

Nessa manhã, também a Aliança Povo Unido promoveu uma festa-convívio para as crianças da cidade no Parque Eduardo VII.

À tarde, enquanto uma sessão solene decorria na Assembleia da República a que fazemos referência na pág. 7,

uma enorme manifestação desfilava a Avenida da Liberdade para se concentrar no Rossio, onde se realizou um comício. Reunindo todas as principais forças de oposição à AD (PS, PCP, UEDS, ASDI, MDP/CDE e UDP) e tendo ainda o apoio de um vasto leque de personalidades independentes — o Rossio esteve cheio. Durante o desfile os conselheiros da Revolução que abriam a manifestação — comandante Vítor Crespo e major Vasco Lourenço — foram muito saudados e inevitavelmente a multidão gritava «MFA, MFA», assim como clamava «unidade-unidade» ao ver todas as figuras que encabeçavam o desfile. Do comício — que o comandante Vítor Crespo iniciou, tendo advertido, nomeadamente, que se as forças reacţionárias «tentarem inverter o caminho que percorremos e voltar ao passado fascista» os militares

hoje é a memória inapagável do passado por que passámos; é a consciência cada dia mais clara de como é insustentável o presente em que nos querem fazer viver». Recordando o passado, recordando essa experiência que terminou há oito anos, acrescentaria: «E porque não esqueçamos essa experiência, podemos dizer com convicção: a luta não foi em vão, a luta é o caminho da vitória!». Focando depois a situação presente e os perigos que ela encerra afirmaria a seguir: «É urgente demitir este Governo antes que ele demita a democracia, afunde Portugal, imponha de novo a miséria ao povo. É urgente dissolver uma Assembleia da República cuja composição provavelmente já não traduz a vontade popular. É urgente marcar novas eleições gerais, nomeando um governo de gestão que garanta a serie-

blinhou quase no final da sua intervenção, «palavras bonitas, palavras certas, que podem ser importantes sem dúvida, mas que são o que são — palavras —, o que é hoje preciso é actos, decisões, acção». Mais palavras certas se ouviram durante o comício. De Manuel Alegre, por exemplo: «Mudar de Governo é um imperativo nacional», disse. «E por nós não há problemas: pode-se mudar de Governo e já!». Acentuando o carácter unitário da grande manifestação que decorria, o dirigente socialista sublinhou: «A AD e o seu Governo conseguiram finalmente criar um facto político novo e importante: esse facto é o estarmos aqui todos, juntos outra vez, militares de Abril e povo, socialistas, comunistas, sociais-democratas, democratas sem partido, homens e mulheres de esquerda,

que marcou o fim do odiado regime de opressão que manietou Portugal durante a longa noite fascista». «Mas comemoramos igualmente Abril em luta porque não podemos permitir que queiram destruir o símbolo de liberdade, de democracia e de esperança que o povo português mantém no seu coração». «Analisando os sintomas do presente», sublinhou, «facilmente concluiremos pela necessidade urgente de dizer "basta" aos que, servindo-se do poder que alcançaram — através de regras formalmente democráticas, é imperioso reconhecê-lo — tudo fazem para restaurar os privilégios das classes mais favorecidas, tudo fazem para de novo aprisionarem a sociedade portuguesa».

No Porto As comemorações populares do 25 de Abril no Porto, que decorreram sob o lema «Defender

De Norte a Sul do País, as comemorações trouxeram às praças e aos largos, na noite de 24 e no dia 25 de Abril, o povo a comemorar não apenas o oitavo aniversário da Revolução, mas, como disse Veiga de Oliveira na Assembleia da República, «o primeiro dia do nono ano de Abril». Viradas para o futuro, com alegria e em luta, as comemorações deste ano, para além do seu carácter de convívio fraternal entre democratas e do cariz político dos comícios e dos discursos, foram marcadas pela iniciativa popular. Muitas vezes apoiadas pelas autarquias democráticas — com especial destaque para as de maioria APU —, colectivamente populares e outras organizações de base mobilizaram os seus associados e o povo em geral para numerosas e diversificadas actividades, nas quais o desporto teve lugar de relevo.

Militares comemoram

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, quis assinalar com a sua presença em Santarém o carácter simbólico das comemorações do 25 de Abril organizadas pelos capitães de Abril. Numa das reuniões mais significativas entre as que assinalam a efeméride nacional, o Presidente da República almoçou com os seus camaradas de armas na Feira da Agricultura. Outro almoço, organizado por oficiais milicianos, decorreu no mesmo recinto, em Santarém,

Simbolo bem preciso da unidade entre várias concepções e rumos da sociedade democrática quando se trata da necessidade urgente de defender os fundamentos e a validade da Revolução de Abril, a reunião dos oficiais em Santarém, na véspera do 25 de Abril, contou este ano pela primeira vez com a presença do Presidente da República. Não sendo anunciada com antecedência, nem publicamente conhecida, a presença de Ramalho Eanes no almoço dos companheiros de armas deu um alcance inesperado à Festa, pois o acontecimento foi Festa também em que participaram pela palavra, pela amizade, pelas recordações do 25 de Abril e dos oito anos passados desde então, grande parte das personalidades conhecidas e menos conhecidas da Revolução de Abril.

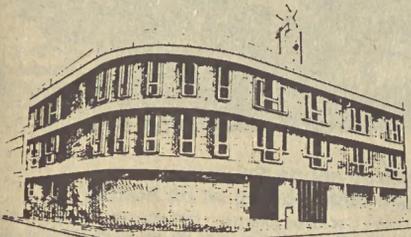
Além do Presidente da República usaram da palavra durante o almoço o major Vasco Lourenço, o comandante Vítor Crespo e o tenente-coronel Costa Neves, membros do Conselho da Revolução.



PCP

INAUGURAÇÃO do NOVO CENTRO DE TRABALHO da M. GRANDE do PCP

UM CENTRO DE TRABALHO



DIGNO DOS COMUNISTAS E DO POVO DA M. GRANDE

1º de MAIO de 1982 DIAS 1e2 de MAIO

No próximo fim-de-semana Inauguração do novo CT na Marinha Grande

No próximo fim-de-semana, dias 1 e 2 de Maio, o povo trabalhador da Marinha Grande estará em festa.

Fruto de milhares de generosas contribuições de militantes, amigos e simpatizantes do PCP, o novo Centro de Trabalho do Partido vai agora abrir as suas portas, tendo, para o efeito, sido organizado um programa comemorativo da inauguração.

No dia 1, às 10 horas, após a abertura e visita às instalações, haverá largada de pombos e uma intervenção.

No dia 2, às 13 horas, realiza-se um almoço estando prevista ainda uma tarde de convívio.

Salientam a Comissão Pró-Centro e a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP que «a marcação da inauguração para o dia 1 de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, de um grande e digno Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande, em plena acção de um Governo «AD» e num dos momentos mais agudos da luta de classes em Portugal, constitui um acto de grande conteúdo político e é uma clara demonstração da confiança com que os comunistas encaram o futuro».

Ainda faltam pequenos acabamentos nas instalações. No entanto, os camaradas consideram que estão já reunidas «as condições indispensáveis para que a organização da Marinha Grande aí passe a funcionar».

Para a grande jornada da inauguração os militantes, os amigos e os simpatizantes do Partido estão desde já convidados.

Freguesia dos Prazeres

Na 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL), vai ser inaugurado no próximo dia 8 de Maio um Centro de Trabalho na Freguesia dos Prazeres, zona da Fonte Santa.

O programa da inauguração será anunciado na próxima edição do «Avante!».

Naturais de Abrantes, Mação e Sardoal

No dia 12 de Maio realiza-se, às 21 horas, no Centro Trabalho Vitória, uma reunião destinada aos camaradas naturais dos concelhos de Abrantes, Mação e Sardoal, residentes na área da grande Lisboa e da Margem Sul.

A reunião, na qual estará presente o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC, destina-se a analisar problemas da região e das próximas eleições para as autarquias.

Não faltar e contacta com outros camaradas para participarem nesta reunião.

Divulgadores do Avante!



Na próxima terça-feira, dia 4 de Maio às 20 horas, realiza-se no CT Vitória, um plenário de organização do Comité Local de Lisboa de divulgadores do «Avante!».

Está presente o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central.

Livraria do Centro de Trabalho Vitória. Livros, Discos, Brinquedos. mor n.º 170 da Av. da Liberdade em Lisboa 14.57478

Reforçar o Partido Porquê? Com quem?

Está em curso a nível nacional uma campanha de recrutamento de novos militantes para o Partido.

Trata-se, sem dúvida, de uma importante etapa na vida do PCP, força política da classe operária e de todos os portugueses que apostam num futuro socialista para o Portugal de Abril.

Reforçar o PCP neste ano de 1982... Porquê? O

reforço do Partido não interessa exclusivamente aos comunistas.

Corresponde também aos interesses de todo o Povo trabalhador, à democracia, ao País. Hoje, é cada vez mais claro que só com o PCP é possível uma nova política e um novo governo com capacidade para ultrapassar a crise e reabrir o caminho do desenvolvimento e do progresso.



Reforçar o PCP com quem?

Nas acções reivindicativas da classe operária e dos trabalhadores, na histórica greve geral de 12 de Fevereiro, nas lutas de massas que, entretanto, prosseguem, na intensa actividade que é desenvolvida por milhares de cidadãos nas organizações populares e nas diversas frentes da luta democrática,

destacam-se muitos antifascistas que ainda não são do PCP, mas onde o seu lugar deve ser no PCP.

O seguinte apelo contido num folheto recentemente divulgado pelo Partido, concretiza:

Tu que pensas que é necessário pôr termo à degradação das condições de vida do povo, à destruição das conquistas de Abril, ao afundamento do País, às tentativas

de subversão do regime democrático,

Tu que entendes que é necessário travar a «AD» e derrotar o seu governo e a sua política,

Tu que vês a necessidade da unidade dos democratas e patriotas para assegurar a defesa da democracia,

Tu que queres para o teu país um futuro de progresso, desenvolvimento e independência nacional no caminho do socialismo,

Tu que participas lado a lado com os comunistas na luta de massas para defender e prosseguir Abril,

O teu lugar é no PCP! Adere ao PCP - Não hesites!

Vem juntar a tua força à força do grande Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Sector intelectual da ORL

• Assembleia em preparação com iniciativas de interesse

Prossegue com entusiasmo a actividade preparatória da Assembleia de Organização do Sector Intelectual da ORL do PCP, que decorrerá nos fins do próximo mês de Maio.

No âmbito dessa preparação, vai realizar-se amanhã, às 21 horas no Centro Vitória, uma sessão-debate sobre um dos temas base, «Classe operária, intelectualidade e Partido», que será introduzida por uma exposição

do camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, e em que tomarão parte camaradas dos organismos de direcção e secretariados de célula do Sector Intelectual, tendo ainda sido dirigido convites a trabalhadores intelectuais de outras organizações da ORL.

Igualmente integrada nas actividades preparatórias da Assembleia, está marcado para o dia 17 de Maio, às 21

e 30, no Teatro «A Barraca», um debate público sobre o tema: «Um Teatro é um espaço para a cultura», em que participarão os camaradas Mário Jacques e Augusto Sobral e para o qual estão convidados, entre outros, Luís Francisco Rebelo e Rui Mendes.

Outros debates internos ou públicos estão em preparação e serão oportunamente anunciados.

Festa da Amizade

É já nos próximos dias 7, 8 e 9 de Maio, que se realiza no Alto das Barrocas, Cova da Piedade, a Festa da Amizade, numa iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

A Festa da Amizade, já tradicional entre os habitantes do Concelho de Almada, é esperada com natural expectativa, dado o atractivo programa de actividades que animará durante três dias o Alto das Barrocas.

Desde o fado ao rock, do desporto à intervenção política, de tudo um pouco se passará durante os três dias da Festa da Amizade.

Serão no entanto, o Auditório Central, o Palco 1 e o Palco da JCP e Pioneiros, que por certo cativarão a maior atenção dos visitantes da Festa Amizade. Sendo desde já de salientar do programa do Auditório na sexta-feira às 21 horas, a sessão sobre a Constituição que contará com a presença do camarada José Magalhães.

No sábado, à noite uma sessão sobre Autarquias com a presença dos camaradas José Vieira e Luís Sá. No domingo às 16 horas um colóquio sobre música com Luís Vilas Boas e às 21 ho-

ras, uma sessão sobre política internacional.

Também no Palco 1 haverá um grande espectáculo na sexta-feira com Carlos Paulo, o Grupo Musical de Crêchou e os UHF, ainda no Palco 1 actuarão no domingo Lena d'Água e a sua Banda Atlântida, Paulo de Carvalho e José Carlos Ary dos Santos.

No domingo, às 18 horas haverá um grande comício que contará com a presença do camarada Octávio Paço, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Ensino

Semana de luta das escolas secundárias confirmou Ninguém apoia a política do Ministério de Vítor Crespo!

• «Avante!» ouviu Paulo Areosa da direcção da JCP

Sobre a Semana de Protesto e Luta das Escolas Secundárias, que ocorreu entre os dias 19 e 24 deste mês, o «Avante!» ouviu o camarada Paulo Areosa, membro do Secretariado e da Comissão Executiva da Comissão Central da JCP.

«A iniciativa foi decidida pela CC da Juventude Comunista na sua reunião de 21 e 22 de Março passado e teve, no essencial, três objectivos centrais: a sensibilização estudantil e da opinião pública para os graves problemas que se vivem no Ensino e em particular no Secundário; a denúncia da política desastrosa que tem sido seguida pelo Ministério da Educação, dirigido por Vítor Crespo; e o reforço da intervenção da JCP nas escolas e da divulgação das propostas dos comunistas para o sector de ensino», salienta Paulo Areosa.

Ao referir que «no fundamental, os objectivos da Semana de Luta foram atingidos» e que se realizaram iniciativas em mais de 150 escolas secundárias do país, o dirigente da JCP declarou que «esta Semana foi, sem dúvida, uma jornada de divulgação das propostas democráticas e de denúncia dos erros e da política anti-estudantil e anti-pedagógica do Ministério AD sem paralelo no presente ano lectivo».

Abrangendo um vasto leque de estudantes, tendo expressões mais activas numa escola, menos activas noutras, a verdade é que a Semana de Protesto constituiu um êxito e uma demonstração da combatividade estudantil, ao mesmo tempo que testemunhou a justeza das posições da JCP. «Além de diversas acções de esclarecimento», disse-nos Paulo Areosa, «as quais assumiram especial significado junto das populações de Lisboa e do Porto, houve um esforço digno de nota no âmbito da propaganda (cartazes, autocolantes, documentos informativos, jornais de parede, etc.). Realizaram-se ainda iniciativas de debate e esclarecimento, actividades desportivas e de convívio».

Mais adiante, Paulo Areosa destacou: «Na sequência do esclarecimento e da mobilização proporcionada pela Semana de Protesto, começaram a ter importante expressão combativa várias acções reivindicativas por parte dos estudantes, nomeadamente no plano do desporto escolar, pela exigência de condições e estruturas para a prática desportiva e de cultura física nos estabelecimentos de ensino».

Já na parte final do diálogo com o «Avante!», salientou que «a Semana tornou mais claro que o nível de insatisfação é muito grande e que os mais variados sectores da população escolar rejeitam a orientação que tem sido seguida nos últimos anos pelo Ministério da Educação». Tendo em conta esta situação, «é possível encerrar com mais audácia formas de luta com vista à concretização das justas aspirações da massa estudantil».

Recorda-se, a propósito, que as quatro direcções de luta há já algum tempo propostas pela JCP mantêm a sua actualidade e oportunidade: • Contra a selectividade, contra o crescente insucesso escolar; • Contra o 12.º ano e o numerus clausus, por critérios justos de acesso à Universidade; • Contra a degradação das condições de estudo, pela concessão das verbas necessárias para o funcionamento das unidades escolares, incluindo um verdadeiro apoio social escolar;

Concluiu Paulo Areosa que hoje não existem quaisquer dúvidas sobre a política de Vítor Crespo, que nas escolas (tal como ficou demonstrado na Semana de Luta) não conta já com o apoio de quem quer que seja, nem mesmo de organizações juvenis dos partidos do Governo.

Recorreu-se, a propósito, que as quatro direcções de luta há já algum tempo propostas pela JCP mantêm a sua actualidade e oportunidade: • Contra a selectividade, contra o crescente insucesso escolar; • Contra o 12.º ano e o numerus clausus, por critérios justos de acesso à Universidade; • Contra a degradação das condições de estudo, pela concessão das verbas necessárias para o funcionamento das unidades escolares, incluindo um verdadeiro apoio social escolar;

Educação física e desporto escolar

Em matéria de Educação Física e Desporto Escolar a Secretaria de Estado das Obras Públicas divulgou em despacho de 13 de Novembro uma norma orientadora para novas escolas em construção e ainda quanto ao requerimento das já existentes em que considera que as instalações desportivas devem ser consideradas para uma 2.ª fase. Pode-se, assim, concluir que ginásios, pavilhões, campos de jogos, etc. deixarão de ser contemplados nos orçamentos de cada escola e como tal deixarão de ser construídos, equipados ou melhorados.

O Governo agrava ainda mais a já catastrófica situação que se vive no desporto escolar. Este conjunto de medidas quer por serem de uma grande gravidade (em particular no que se refere a uma das maiores conquistas das escolas após o 25 de Abril, a Gestão Democrática) quer ainda por se relacionarem com problemas muito sentidos pelos estudantes (avaliação de conhecimentos) impõe uma actuação firme e imediata da massa estudantil.

Gestão democrática

O MEU divulgou, sob a forma de anteprojecto para discussão nas escolas, um documento sobre a Gestão Democrática das escolas secundárias, a que se pode chamar projecto para o regresso dos reitores.

Este anteprojecto motivou logo após a sua divulgação uma grande oposição por parte dos professores e uma veemente condenação das suas linhas gerais pelas estruturas sindicais dos professores.

Entretanto, a sua denúncia entre os estudantes começou agora a sentir-se. Há, pois, necessidade de levar imediatamente à discussão esta recente medida do MEU e promover a sua rápida denúncia com base nos seguintes aspectos: • Nega, na prática, a participação estudantil nos CD(s); e CP(s); • Restringe a participação democrática de professores e empregados; • Cria um novo órgão — o presidente do CD — com novos poderes, acabando com o sistema colegial de decisão e substitui o CD por uma Direcção; • Prolonga para 4 anos a duração do mandato; • Cria um órgão de funções e poderes duvidosos — o «administrador».

2.ª época de exames e avaliação no 12.º ano

O despacho n.º 68/81 sobre a 2.ª época de exames restringe a prestação de provas nesta época a 2 disciplinas (no caso dos cursos nocturnos, 10.º, 11.º e 12.º ano na profissionalizante) e a uma só disciplina (no caso do 12.º ano, via de ensino para conclusão do curso). Esta medida agrava a situação em relação ao ano passado. É de recordar que quando o Ministério tentou, no ano passado, aplicar esta medida no 12.º ano foi obrigado a recuar em face da luta e das pressões desenvolvidas.

A nova avaliação no 12.º ano, através de outro recente despacho do MEU, introduz as seguintes alterações:

- na fórmula que determina a nota por disciplina (nota de frequência mais exame a dividir por 2) o exame final passa a ter o mesmo peso que a nota de frequência;
- a fórmula que determina a nota final do ano, e que inclui todas as disciplinas, provoca uma média final inferior à de um estudante que no ano passado tenha obtido as mesmas notas;
- o exame continua a ser obrigatório, não havendo por isso dispensa do exame;
- não se prevêem programas mínimos.

A propósito de «chumbos»...

O ano passado chumbaram cerca de 500 000 alunos.

No ensino secundário, 2 em cada 5 alunos reprovaram, ou seja 40%. Nos anos de exame, 11.º e 12.º ano, estas percentagens foram ainda mais elevadas, atingindo os 50%.

Onde será que a inteligência escasseia? Em meio milhão de estudantes, ou em meia dúzia de pessoas que vegetam pelas salas do MEU?

Este ano como vai ser? É preciso chumbar este MEU, antes que o MEU nos chumbe a todos!



Poder local

População de Gaia defraudada

Presidente «AD» da Câmara envolvido em negociata de um milhão de contos

Avoluma-se um novo escândalo na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, com particulares responsabilidades do seu Presidente («AD»), segundo revela um comunicado dos eleitos da APU nesta edilidade. Tem o caso a ver com a chamada «urbanização do Monte Grande», um projecto apresentado como de grande interesse concelhio e pretendendo a construção de 3000 fogos para mais de 10000 habitantes. Posteriormente começou-se a falar de 1680 fogos a serem executados numa primeira fase através de um contrato de desenvolvimento (em que aparecia como parte a Construtora do «Niassa»), ficando a área e os fogos restantes para a especulação imobiliária.

Só que, como sublinha o comunicado, após a análise mais aprofundada da situação confirmaram-se as suspeitas que se adensavam sobre a limpeza do negócio, o que mereceu imediata denúncia e exige rigoroso inquérito oficial, com o apuramento até ao fim de todas as irregularidades e seus responsáveis. E prossegue: «a análise do empreendimento do Monte Grande permite concluir, sem sombra para dúvidas, que o

concelho e a Câmara de Gaia estão a ser gravemente lesados num processo em que aparece envolvido o próprio presidente «AD» da Câmara, em cerca de um milhão de contos».

A primeira irregularidade prende-se com o não cumprimento do estipulado na lei (Portaria 678/73), que obriga a que sejam cedidos à Câmara, por parte do loteador, 70 m² por fogos, o que dá, neste empreendimento, um total de 210 000 m²

de terreno. Sabe-se, no entanto, que o Presidente da Câmara acabaria por aceitar, em nome desta, apenas cerca de 51 000 m², ficando a edilidade privada de 160 000 m², o que equivale a dar de mão beijada ao loteador qualquer coisa como 960 000 contos (tomando o preço médio de seis contos por m²). Se se considerar apenas o loteamento da primeira fase — 1680 fogos — a que se refere o alvará já passado, são 40 080 m² de que a Câmara fica privada, ou seja de 240 000 contos.

Segue-se o não cumprimento do deliberado pela Câmara em 11/9/81 (obrigação do loteador prestar uma caução de 650 140 contos para a garantia da realização de infraestruturas), surgindo surpreendentemente o Presidente da Câmara de Gaia a garantir no alvará de loteamento que o FFH se responsabilizara pela realização das infraestruturas, «o que é falso». «Assim, esta actuação do Presi-

dente da Câmara aparece claramente, pelo menos, como uma forma de conluio e compadrio para com o loteador e a empresa construtora».

De resto a pouca limpeza desta empreendimento ressalta logo do facto de se arrastar desde 1970 sem que se concretize o seu início. É igualmente «estranho que a empresa (construtora) apresente prazos de execução do empreendimento que não têm qualquer hipótese de concretização. Será por que estamos em ano de eleições que tudo se vai resolver e o empreendimento vai arrancar?»

E salienta por fim o comunicado dos eleitos da APU na Câmara de Vila Nova de Gaia: «Prende-se a apresentar o empreendimento do Monte Grande como dirigido para a habitação social (além da grande parte que se destina à especulação imobiliária) mas nada garante que assim seja. Bem pelo contrário, tudo indica que, a ser concretizado, as habitações viriam a ser

colocadas no mercado a preços proibitivos para a grande maioria da população do Concelho de Gaia». Qualquer coisa como uma habitação «T3» ao nível dos 3000 contos, a preços de mercado... isto se o empreendimento arrancasse de imediato e a entrega das primeiras habitações se desse passados 18 meses!

Em conclusão, afirma o comunicado: «este caso do empreendimento do Monte Grande e as graves questões que suscita em relação à gestão da «AD» no concelho de Gaia não pode deixar de ser associado ao que noutros concelhos, e a nível de Governo, vem caracterizando a actuação da «AD». Os trabalhadores e o povo português assistem à multiplicação dos casos de ilegalidade, compadrio e corrupção, em que a «AD» aparece completamente mergulhada e a que é impossível pôr cobro. Por isso também é urgente o afastamento da «AD» do Governo, a dissolução da AR, a nomeação

de um Governo isento e a realização de novas eleições».

Recordemos como «ilustração» outra história protagonizada pelo presidente da «AD» da Câmara de Gaia e já denunciada pela APU a sua cobertura a construção clandestina de ampliação do Hotel Mirassol. Tal projecto havia sido reprovado pela Câmara por chocar frontalmente com elementares normas de urbanização e arquitectura e ainda afectar terceiros; o seu proprietário entretanto iniciou a construção sem qualquer licença; a Câmara decide-se pela demolição da construção ilegal mas... o presidente opôs-se.

Trata-se de um empreendimento turístico no orden dos 300 mil contos. A ir para a frente ilegalmente graças à intervenção dum presidente que, tempos antes, havia votado pela demolição de uma pequena habitação, próxima da sua casa, e proposto que a Câmara não fornecesse água e luz aos clandestinos já habitados...



Cooperativas de Setúbal exigem alteração da lei da cortiça

A União Coordenadora das UCPs/Cooperativas e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Setúbal enviaram recentemente ao Governo uma exposição em que reclamam a substituição da legislação em vigor sobre a extracção e comercialização da cortiça por uma nova lei que respeite a Constituição da República, a defesa do montado de sobreiro, a economia das UCPs/Cooperativas e da indústria corticeira.

Na opinião dos trabalhadores a actual lei é inconstitucional e trouxe às unidades de produção e à economia nacional enormes prejuízos que urge reparar. Lembra-se a este respeito que a aplicação do referido Dec. Lei n.º 90/80 na campanha anterior, aproveitando toda a «espécie de indefinições e imprecisões da parte dos organismos responsáveis do Estado, originou situações flagrantes de «prepotência e ilegalidades, contrárias ao Estado democrático, nascido do 25 de Abril».

Os desmandos foram de tal ordem, acusam ainda os trabalhadores, que se chegou ao ponto de as UCPs/Cooperativas nem sequer terem recebido o equivalente às despesas com a extracção da cortiça.

Por outro lado, a legislação existente impossibilitou que muita cortiça fosse extraída na campanha de 1981, causando prejuízos à economia das UCPs/Cooperativas e contribuindo para o aumento do desemprego.

Lavoura de Viseu aguarda pagamento das indemnizações pela geadada de 81

A comissão instaladora da União de Agricultores do concelho de Viseu convocou recentemente uma assembleia geral no decorrer da qual foi manifestada a apreensão dos agricultores da região quanto à possível ocorrência de geadas, habituais nesta época do ano, e suas consequências no futuro das colheitas, em particular da batata e do vinho.

Esta preocupação dos agricultores de Viseu resulta da dolorosa experiência vivida o ano passado, altura em que as geadas provocaram prejuízos nos campos de Viseu no orden dos 102 300 contos, sem que até ao momento o Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP) tenha pago qualquer indemnização, isto apesar do Provedor da Justiça ter considerado não existirem obstáculos legais ao seu processamento.

Tal facto levou a que os agricultores presentes manifestassem uma vez mais o seu protesto pela acção do MACP, tendo igualmente repudiado o aumento das taxas moderadoras dos serviços de saúde que consideram vir a dificultar ainda mais a vida dos que trabalham a terra e a vedar-lhes o direito à assistência.

No decorrer da assembleia foram ainda debatidos diversos aspectos relacionados com o funcionamento interno da União, designadamente quanto à sua actividade futura e dos núcleos de freguesia, ao estabelecimento de uma quota mínima provisória, e à campanha de sócios a promover com vista ao seu reforço.

Vinicultores de Leiria exigem intervenção da JNV

Uma delegação da Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria avisou-se recentemente com o presidente da Junta Nacional do Vinho (JNV), Tomás Correia, a quem expôs a difícil situação em que vivem os vinicultores do distrito, tendo ainda apresentado um conjunto de reclamações que haviam sido anteriormente aprovadas em reunião da direcção daquela organização.

Constituída por agricultores dos concelhos de Porto de Mós, Caldas da Rainha, Pombal, Obidos, Alcobaça e Bombarral, a delegação fez sentir ao presidente da JNV a necessidade de uma pronta intervenção daquele organismo no escoamento do vinho das adegas cooperativas e dos produtores isolados, pois a actual situação está a criar enormes dificuldades aos produtores uma vez que ninguém procura o vinho e aqueles necessitam de realizar dinheiro para a sua vida e para tratar as vinhas para a nova campanha.

A delegação reclamou também um prolongamento do prazo para o crédito de armazenagem uma vez que o prazo do actual termina amanhã, dia 30, e que a sua Federação venha a ser considerada como parceiro social no estabelecimento de normas de tabelamento do preço do vinho.

Os vinicultores de Leiria exigiram ainda o fim dos constantes aumentos dos factores de produção, e uma fiscalização eficaz aos exportadores de vinho de forma a que o nosso vinho goze de todo o prestígio no mercado internacional, facilitando assim o escoamento do vinho.

Em resposta a todos estes problemas e anseios dos produtores de vinho de Leiria o presidente da JNV achou por bem dizer que já havia chegado à conclusão de que a produção o ano passado foi bastante menor e que não chega para abastecer o mercado interno pelo que, na opinião dele, «não existem argumentos válidos para pressionar o Governo a intervir no escoamento do vinho».

O problema da falta de dinheiro foi também evocado por Tomás Correia para afirmar que a JNV só fará intervenção se o «Governo a habilitar financeiramente» e mesmo assim apenas no caso de se verificar «uma situação dramática para os produtores».

Aquele responsável admitiu por outro lado a hipótese (embora nada adiantável para alterar o quadro da situação) de estar a entrar clandestinamente em Portugal vinho espanhol a nove escudos o litro o que a juntar ao facto de 15 por cento ser feito a martelo constituíam entraves ao escoamento do vinho à produção.

CNA repudia novo aumento do gasóleo

Agravar ainda mais a situação económica dos agricultores e do País — eis o resultado, no entender da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), do aumento do preço do gasóleo de 28 para 30 escudos anunciado na semana passada pelo ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP), Basílio Horta.

A CNA considera que esta medida em nada favorece os interesses da lavoura e da economia nacional e provocará o agravamento da quebra que se vem registando na produção agrícola.

Lamentando o facto de uma vez mais não ter sido vista nem achada pelo Ministério da Agricultura, a CNA afirma ainda que este novo aumento não contribuirá de modo algum para reduzir as importações de bens alimentares que o País tem tido necessidade de fazer por falta de apolo à agricultura.

Com o índice de mecanização mais baixo da Europa (dez tractores e quatro ceifeiras por mil hectares), o nosso país está em risco — sublinha a direcção da CNA — de que esse índice baixe ainda mais em relação aos restantes países europeus em consequência das estroncosas e sucessivas subidas dos preços das máquinas agrícolas e do gasóleo.

A CNA reafirmou por último a sua intenção de obter uma audiência com o secretário de Estado da Produção Agrícola no sentido de exigir, entre outras coisas, a actualização do subsídio de gasóleo que foi o ano passado pago à lavoura com grande atraso a 4350 por litro.

Que querem da Incrível Almadense?

Uma Moção aprovada por unanimidade e aclamação em Assembleia Geral realizada no passado dia 16 denuncia e protesta contra a pretensão do Ministério Público, através de um seu agente, em enviar a julgamento a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense com pedido de dissolução desta, prestigiosa colectividade e tomando como base meia dúzia de artigos ou alíneas dos seus Estatutos, aprovados em 27 de Novembro de 1978.

O documento que informa sobre o caso recorda os 134 anos de actividade continua desta instituição almadense e acusa de atentado ao povo de Almada a pretensão da sua dissolução, «tanto mais que nenhuma das alíneas ou artigos dos Estatutos ofende os princípios gerais do associativismo, como se prova por não terem suscitado qualquer dúvida ao notário almadense em que foi feita a respectiva escritura em 14 de Maio de 1980 e, na parte em que alguns deles não seguem integralmente o disposto no Código Civil, esse articulado é de fácil correcção em Assembleia Geral, como de resto se verificou hoje».

E continua a declaração: «Tal dissolução com tão frágil pretexto, ficaria como exemplo a ser retomado por todos quantos receiam a existência de centros de convívio social e de formação e promoção cultural e desportiva que são as sociedades, clubes e grupos culturais, recreativos e desportivos», sublinhando mais à frente que «aprovámos hoje em Assembleia Geral Extraordinária as pequeníssimas e pouco relevantes alterações aos Estatutos impostas pelo Código Civil e de que seria tão fácil o Ministério Público nos transmitir conhecimento e mesmo um prazo para as tornar efectivas sem o acompanhar de ameaças e muito menos de declaração de ilegalidade e consequente existência de dissolução».

Mostrando-se confiante em que o Tribunal saberá fazer Justiça, a Incrível Almadense põe ainda «de sobreaviso o movimento associativo, a opinião pública e os eleitos pelo povo dos perigos que rodeiam as colectividades de cultura e recreio com a exigência de pessoas com mando mas de tão pouco atenta leitura da vontade popular e das leis que a respeitam».

Unanimidade na Chamusca contra «pacote autárquico»

A Assembleia Municipal da Chamusca aprovou recentemente uma Moção contra o «pacote legislativo autárquico» pretendido pelo Governo (e que tão nefastas consequências acarretaria para o exercício do Poder Local Democrático), Moção que foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis dos representantes na AM da APU, do PSD e da AD.

Nos considerandos o documento ressalta que «algumas notícias vindas a lume sobre o conteúdo deste «pacote legislativo» apontam para medidas que seriam altamente gravosas para o Poder Local, para a sua autonomia e democratização», deliberando: «1 — Solicitar ao Governo que submeta previamente a parecer dos órgãos autárquicos os diplomas que lhes dizem directamente respeito, incluindo os já elaborados ou em elaboração e que ainda não foram objecto de aprovação definitiva; 2 — Solicitar à Assembleia da República que não aprove qualquer das medidas restritivas da autonomia das autarquias e da sua democratização; 3 — Solicitar a mais ampla distribuição das propostas de lei incluídas no pacote legislativo autárquico, com vista a permitir que o Poder Local se possa pronunciar sobre a matéria que tanto afectaria a sua vida e os interesses das populações».

Bairro 25 de Abril — Linda-a-Velha

A «Associação de Moradores 25 de Abril» comemorou nesta data o 7.º aniversário da sua fundação inaugurando o novo Parque Infantil, obra bem necessária para a juventude do Bairro e que vem na sequência do dinâmico trabalho desta organização, que já entregou 192 casas aos seus sócios, concluídas em 25 de Abril de 1981.

Mas não é esta a sua última obra: neste momento estão em curso

mais dois importantes empreendimentos — o recinto polidesportivo e o Centro de Dia para a 3.ª idade, obras que estarão terminadas ainda antes do fim deste ano.

Com razão terminam os amigos de Linda-a-Velha dizendo: «é esta realidade e outras como esta que nos mostram que o 25 de Abril está vivo».

«AD» em Alcântara contra mural do PCP

A Organização de Alcântara do PCP pintou um mural com o símbolo do Partido na esquina entre a rua de Alcântara e o Largo general Domingos de Oliveira. Entretanto — e apesar da vereação «AD» da Câmara Municipal de Lisboa ter afirmado a sua decisão e intenção de preservar os painéis/murais existentes na cidade (dado estes serem portadores de um conteúdo histórico e cultural evidente, por serem marcos e testemunhos das transformações sociais e políticas por que tem passado a sociedade portuguesa) — surge agora a decisão (com a anuência da CML) de cobrir o referido painel com um placard para... publicidade!

Pergunta a Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP: «Não seria mais útil para a população da Freguesia se a Câmara de Lisboa, em vez de estar tão preocupada em fomentar a publicidade, mostrasse mais empenho em fazer remover do referido local entulho que lá se encontra acumulado e trabalhasse para dar uma solução ao imóvel (onde vão colocar o placard), que se encontra praticamente em ruínas? Onde é que está o tão apregoado conceito de pluralismo alardeado pela «AD»? O pluralismo destes senhores vê-se bem; quando se trata de uma forma de expressão progressista e popular tudo fazem para que seja abafada e destruída!»

A Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP manifesta finalmente o seu firme repúdio por esta atitude da Câmara Municipal, reafirmando a sua disposição de combater, através de todas as formas legais e de esclarecimento público, tal arbitrariedade.

Juventude

Canção juvenil em movimento

• Amanhã festivais em Vila Nova de Gaia e Lisboa (Olivais e Salão das Furnas)

Enorme vivacidade e entusiasmo têm acompanhado por todo o País a 3.ª edição do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ). Esta iniciativa, do jornal «Juventude», órgão central da JCP, decorre sob o lema «Juventude Voz da Paz», e mobilizou já centenas de jovens artistas amadores que deram a conhecer ao numeroso público dos festivais locais, o resultado do seu esforço e talento.

Apesar do enorme êxito e da participação dos jovens nesta iniciativa, (mais de mil), o tempo ainda não é de balanço, e o Movimento dos Festivais não pára. Assim, ainda antes do Festival Nacional que este ano decorrerá em Almada, no dia 29 de Maio, 27 festivais locais ir-se-ão realizar um pouco por todo o País. Haverá, até ao dia 15 de Maio, festivais em: Vila Nova de Gaia e Lisboa (Olivais e Salão das Furnas), amanhã; Seixal e Sines, dia 2 de Maio; Gondomar, Porto, Penacova, Coimbra, Castelo Branco, Caldas da Rainha, Santarém, Vila Franca de Xira, Amadora, Sintra, Setúbal, Évora, Beja, Faro, Portimão e Lisboa (Alcântara), dia 8 de Maio; Famalicão, Braga, Guimarães, Lôrvão e Marinha Grande, dia 9 de Maio; finalmente, haverá um festi-

val no Barreiro, no dia 15 de Maio.

Os interessados em participar nos festivais locais ainda têm algumas oportunidades.

Para que tal aconteça bastará que sejam cumpridas as normas inseridas no Regulamento Geral, do qual extraímos em seguida algumas passagens.

Podem concorrer ao MFCJ, jovens portugueses com idade até 30 anos, não inscritos no Sindicato

dos Trabalhadores do Espectáculo ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham discos editados por editoras comerciais.

Os concorrentes ao MFCJ, candidatar-se-ão à atribuição de sete prémios nacionais, a serem atribuídos pelo júri do Festival Nacional final, nos moldes estabelecidos por este regulamento.

«Os prémios serão os seguintes: Grande Prémio do Movimento dos Festivais da



Canção Juvenil; Segundo Prémio; Terceiro Prémio; Prémio à melhor música; Prémio à melhor letra; Prémio ao melhor intérprete.

A inscrição para os festivais faz-se junto da entidade organizadora local mediante o preenchimento de um boletim no qual devem constar obrigatoriamente a identidade completa do concorrente, incluindo o nome, a data e o local de nascimento, o estado de residência, e também, o título da canção com que concorre e a identificação dos autores da letra e música no caso de não se tratar do próprio concorrente (com os mesmos elementos requeridos para o concorrente).



Alguns exemplos

Entusiasmo, boa participação, convívio e afirmação de uma vontade legítima — a valorização da canção jovem têm sido notas salientes dos festivais locais já realizado em vários pontos do País, no âmbito do Movimento da Canção Juvenil promovido pelo «Juventude». Alguns exemplos:

- Vila Real de Trás-os-Montes — uma assistência de mais de 250 pessoas e 13 concorrentes;
- São Pedro do Sul — mais de 500 assistentes e 13 canções participantes;
- Espinho — mais de 400 pessoas, com 8 concorrentes, o que correspondeu a 32 jovens em palco;
- Covilhã — mais de 150 assistentes, e 4 grupos participantes;
- Gouveia — uma assistência de mais de 200 pessoas e 8 canções concorrentes.

Delegação da JCP em Moçambique

Regressa hoje da República Popular de Moçambique, onde se deslocou a convite da Organização da Juventude Moçambicana, uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa.

A delegação teve oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre as realizações da revolução moçambicana e o papel da sua juventude, manteve contactos com a direcção da OJM, foi recebida por entidades do Estado moçambicano e do Partido-FRELIMO e participou nas comemorações do 25 de Abril no Maputo.

Dado tratar-se da primeira delegação de uma organização Juvenil da Europa Ocidental em Moçambique, esta visita reveste-se de grande significado político. Ela traduz as relações de

amizade e solidariedade existentes entre a juventude dos dois países e o papel privilegiado que nesse âmbito desempenha a cooperação entre a OJM e a JCP e constituirá, certamente, um factor para o reforço do conhecimento e entendimentos mútuos.

A delegação chefiada por Henrique Neves, da Comissão Executiva e do Secretariado da CC da JCP do CC do PCP, é ainda composta por Leontina Pereira, da C. Executiva da CC da JCP, Francisco Filipe, da CC da JCP e responsável pela Secção Internacional, e Paulo Rosado, operário da «Mundet», membro da sua Comissão de Trabalhadores e militante da Comissão Concelhia do Seixal da JCP.

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

DISCURSOS POLÍTICOS DE ALVARO CUNHAL

AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO "AD" 1980

1.º E 2.º VOLUMES

edições Avante!

Assembleia da República

Muitas críticas à «AD» e poucas soluções adiantadas

Quem esperasse por discursos novos ou por palavras que indicassem um novo rumo para a situação política portuguesa oito anos após o 25 de Abril, não trouxe da Assembleia da República mais do que já sabia. O aniversário da Revolução foi comemorado com a solenidade do costume e a maioria dos discursos foram de circunlocução. De registar — como não podia deixar de ser — o elevado número de críticas à governação "AD", críticas em que o próprio discurso presidencial participou sem, no entanto, definir uma atitude política nova em relação ao executivo de Balsemão.

De salientar, entretanto, as profissões de fé democrática que vieram de todos os hemisférios, mesmo de bancadas onde elas serão de espantar. De cravo ao peito estavam todos menos o CDS, onde destoava o vermelho do cravo na lapela do independente Sanches Osório. No PSD, as cores iam do rosa ao laranja, mas também se viam cravos rubros. Na própria bancada do Governo, o monárquico Ribeiro Teles arvorava a flor de Abril.

"Estamos todos satisfeitos mas também preocupados". Com esta frase, Mário Tomé, cujo talento para estragar os seus próprios discursos é conhecido, daria com alguma fidelidade o quadro da realidade ali na Assembleia. Mais adiante,

porém, como era de esperar, o radicalismo subiu-lhe à cabeça e, uma vez mais, nem um único aplauso lhe sublinhou as palavras.

Aplaudido por toda a oposição, o orador seguinte foi o deputado António Taborda, do MDP/CDE que denunciou, através dos exemplos dramáticos da acção do Governo, que "os contravalores de Abril" tentam instalar-se na nossa sociedade.

O tema da revisão constitucional não seria porém — como muita gente esperava — o prato forte da sessão, embora muitos discursos se lhes referissem.

A crítica ao Governo "AD" ocupou a quase totalidade da intervenção de Lopes Cardoso, pela UEDS, que, ao falar de

uma alternativa, não soube ou não quis dizer qual.

Por seu lado, o representante da ASDI, Jorge Miranda, faria um discurso que conseguiu, em determinados momentos, o aplauso "rotativo" de ambos os lados do hemisfério. O seu tom, virado para a aquisição de um consenso no tocante à revisão constitucional, revelaria entretanto as preocupações que muitos portugueses sentem no que se refere às medidas anti populares tomadas pelo Governo.

Embora nem o CDS nem o PCP se mostrassem entusiasmados — por motivos opostos, claro — Ferreira do Amaral, do PPM, fez sucesso com o seu discurso antifaçista. "O salazarismo terminou e esperamos para nunca mais", disse o monárquico que continua a engolir elefantes na "AD". Chamando "pecado original" ao Pacto MFA/Partidos, o monárquico mostraria porém que se encontra do lado dos que criticam a Constituição e a desejariam ver dela abolidos os preceitos que esse mesmo pacto consagrou.

As propostas do PCP e quem as teme

O camarada Veiga de Oliveira, o primeiro dos representant-

tes dos grandes partidos representant-tes na AR, a falar, não se limitaria a recordar Abril e a revolução democrática, nem a criticar a política da "AD". A sua intervenção adiantou as medidas que o PCP pensa serem eficazes para continuar a democracia e reabrir os caminhos encetados com o 25 de Abril.

A continuação da democracia e o prosseguimento de Abril, ao contrário da política de desastre económico e financeiro que vem sendo seguida, exige que, com os trabalhadores e o povo e não contra eles, se tomem medidas que abram caminho ao desenvolvimento e à recuperação económica, planeando a melhor utilização dos recursos nacionais; adequando a política bancária e de crédito aos investimentos prioritários, promovendo o saneamento financeiro da economia; potenciando os recursos dos sectores público e privado e do investimento tecnológico e diversificação da produção, defendendo a Reforma Agrária e promovendo uma política agrícola que apoie os pequenos e médios agricultores, criando condições para rapidamente eliminar a necessidade de importarmos produtos alimentares; favorecendo o desenvolvimento das pescas portuguesas, nacionalizadas e privadas; saneando os circuitos comerciais, especialmente o comércio grossista e o de importação e exportação, minimizando as práticas especulativas; melhorando o nível de vida e promovendo o alargamento do mercado interno; combatendo o desemprego e subutilização das capacidades produtivas; contrariando e eliminando progressivamente o desequilíbrio catastrófico das nossas trocas com o exterior; defendendo com tenacidade e segurança os nossos interesses nacionais contra as manobras monopolistas e dos especuladores internacionais e nacionais. Para alcançar tudo isto, é imprescindível o empenhamento de todas as camadas laboriosas, através da justiça social e do melhoramento das condições de vida, especialmente das classes mais desfavorecidas. E é indispensável respeitar e consolidar a legalidade democrática, respeitar e consolidar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

própria vida e por vezes a vida toda, pedra após pedra, dia após dia, para que Abril fosse, para que o povo se redimisse e se libertasse e fosse de novo senhor incontestado do seu presente e do seu futuro.

Saudamos o povo que explorado, nada exigiu em pagamento, que oprimido, se libertou e deixou em liberdade os opressores, que reprimido e tripudiado, acabou com prisões e torturas e não perseguiu os algozes.

Saudamos Abril, com um sentido único, sem ambiguidade e com uma confiança ilimitada no povo — sempre quisemos Abril, queremos que seja perene — queremos que seja presente e tudo fazemos para que seja futuro.

(Excerto do discurso do camarada Veiga de Oliveira)

Oliveira Dias fez também o discurso elogioso de Abril, sublinhado pela iniciativa da Assembleia em promover concurso entre os artistas portugueses, para a elaboração de murais comemorativos da revolução, no que foi aplaudido por todas as bancadas.

Depois, foi o discurso do Presidente da República. Embora sem apontar alguma novidade na atitude do órgão de soberania que representa, em relação ao Governo, o Presidente não deixou de referir-se criticamente à gravidade da situação social e económica que o País atravessa. A falta de capacidade de diálogo, a manipulação, também mereceram a crítica do PR que alustou a desculpa de a Constituição ser "a razão real dos nossos problemas concretos".

"O que é limpo, em democracia", disse, "é que a clareza das alternativas se apresente quando o agravamento das situações indiscutivelmente exige. Teremos então de corilar que essa clareza e o rigor das alternativas políticas permitam aos portugueses, pelos modos constitucionais adequados, expressar a sua vontade".

aqui votarão criticamente, e talvez não só, com a UCD do senhor Calvo Sotelo. Que cada um assuma as suas responsabilidades.

Criticado o governador civil do Porto

No período de antes da Ordem do Dia, dessa mesma sessão, a camarada Ilda Figueiredo leu uma intervenção preparada por Lino Lima, que não pôde estar presente. Nessa intervenção, que faz um historial do processo de atribuição da baixa portuense às organizações sindicais que ali têm promovido as comemorações do 1.º de Maio, se critica, vigorosamente, a actuação ilegal do governador civil do Porto, classificada de procedimento "tortuoso assente na política de conflitos e dos confrontos". A União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN comunicará em 4 de Maio do ano passado que utilizaria de novo este ano a baixa da cidade para as comemorações, nove meses depois (1) o Governo Civil "responda" que a UGT já anunciara (em 27 de Abril de 1981), o mesmo propósito.

A este respeito e porque um estranho silêncio cobriu a intervenção preferida por Ilda Figueiredo, a SIP da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP publicou uma nota na qual, após esclarecer que tanto no dia em que se verificou a intervenção como no dia seguinte, cópias foram enviadas aos órgãos de comunicação social, com pedido de divulgação, se afirma: Apesar do evidente e irrecusável interesse regional e nacional da matéria abordada na referida intervenção, o seu conteúdo foi completamente omitido na comunicação social escrita do Porto e jornais houve que nem sequer se referiram ao facto de tal tema ter sido abordado naquele órgão de soberania.

Não é real, pela sua gravidade o caso do "Jornal de Notícias", cuja atitude censurável, por omissão neste caso, relativamente a actividade de um órgão de soberania — Assembleia da República — contrasta flagrantemente com a posição legal e do mais completo alinhamento e subserviência face à grosseira provocação de natureza fascizante do Governo da "AD" e do seu representante no distrito contra os trabalhadores do Porto e as suas organizações de classe a propósito do próximo 1.º de Maio.

Ao mesmo tempo que se denuncia mais este grave atentado à liberdade de imprensa e que se reclama o cumprimento da Constituição e da legalidade democrática no que respeita à isenção e pluralismo da comunicação social estatizada, tornamos público que não serão poupados esforços para levar este caso grave ao conhecimento da opinião pública, dos trabalhadores e dos democratas, e dos órgãos de soberania, designadamente da Assembleia da República, ela própria, neste caso, silenciada na pessoa de um dos seus deputados.

caso da vinda a Portugal de uma autoridade policial espanhola; sobre o desenvolvimento dos bens do banqueiro Pinto de Magalhães; sobre os acordos de pescas com a Espanha; sobre a entrada em funcionamento do GOE; sobre a actuação do Governo Civil de Aveiro que terminou não serem de atribuir subsídios a associações populares situadas na área dos partidos da esquerda; sobre as pressões que o STAPE tentou exercer sobre o funcionamento regular dos órgãos de soberania; sobre o desinteresse em resolver os problemas que afectam os trabalhadores do sector têxtil; sobre o atropelo à lei que consagra a autogestão ao nomear o Governo par o Hotel Baía uma comissão de gestão demitindo a que fora eleita; sobre as medidas a tomar para resolver a grave situação das companhias de teatro independentes; sobre os actos de corrupção na administração pública; sobre a situação

de desrespeito aos direitos dos jornalistas; sobre a situação do desemprego em Portugal; sobre a situação dos transportes marítimos e a tentativa de desmantelamento da CTM; sobre a situação na SNAPA; sobre o agravamento da situação na TAP; sobre o destino das empresas nacionalizadas das pescas. Perguntas de mais, talvez, para um Governo que não sabe sequer responder sobre o futuro. De qualquer modo, a sessão, onde mais uma vez Ângelo Correia teve ocasião de "brilhar" afirmando o inverosímil, deu a imagem correcta do executivo da "AD": uma triste imagem, cheia de intolerância e de incapacidade. O autoritário e megafónico ministro que, ao "responder" sobre a atitude da GNR em Sacavém garantia que "gonçalvismos nas empresas, comigo, não deixo", contornou de tal modo as questões que se ouviram no hemisfério: "Ainda lhe caem os dentes!"

Avante! Os artistas da Festa MANU DIBANGO



Muitos dos apreciadores da grande música negra recordar-se-ão certamente do "Soul Makossa", uma criação de Manu Dibango que obteve grande sucesso no Top dos Estados Unidos em 1973. Este foi, sem dúvida, o disco que despertou as atenções para a "Afro music" e colocou Manu Dibango na primeira linha dos saxofonistas de "soul".

Natural de Douala, nos Camarões, Manu regressa ao seu país após a independência, depois de acabar os seus estudos em Bruxelas e Paris onde iniciou em 1957 a sua actividade como músico profissional.

Nos anos 60 gravou numerosos "singles" sob a influência da música afro-cubana e do Rhythman n'Blues o que depois de várias digressões lhe permitiu uma ligação ainda mais estreita com a música africana.

Depois do seu primeiro grande sucesso internacional, o célebre "Soul Makossa", os albuns sucedem-se: "Boso", "Super Kumba", "Africadelic", "Manu 76".

Compôs igualmente para diversos filmes dos quais se destacam o do cineasta senegalês Ousmane Sembene.

No seu percurso Manu Dibango descobre depois o Reggae, gravando "Gone Clear".

Acompanhado por excelentes músicos

como Robbie Shakespeare "Mao" Chung, Sly Dunbar e do que de lumbro havia em estudos nos Estados Unidos (os irmãos Brecker, John Faddis, Lou Marini, etc.) dedicou-se a uma vez mais a encontrar uma nova fusão da suas influências, tão característica da sua música.

Al se revela novamente o seu talento como instrumentista multifacetado, exprimindo-se

magnificamente como sax-tenor ou sax-soprano, nas marimbas e no piano eléctrico.

A presença já assegurada de Manu Dibango nos palcos da Festa do "Avante!" constituirá, pois, um momento alto que os muitos milhares de participantes que acorrerão ao Alto da Ajuda, e em particular os amantes deste género musical, por certo não dispensarão.

(Sobre a presença da música negra na Festa do "Avante!" deste ano, ler artigo no Suplemento)

«AD» aprova fortalecimento da NATO

A Espanha vai entrar na NATO (Ler no Suplemento Para um dossier NATO-Portugal) e o protocolo de adesão foi ratificado na quinta-feira passada pela AR. A oposição dividiu-se na votação: contrários ao protocolo manifestaram-se os grupos parlamentares do PCP, do MDP, da UEDS e da UDP; os socialistas, cuja votação significa uma nítida divergência com o PSOE — que abertamente se opõe à adesão da Espanha à NATO —, e a ASDI preferiram a abstenção. O Governo, ali representado pelo inefável ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Pereira, recebeu críticas gerais de toda a oposição por se escusar a revelar pormenores sobre acordos existentes ou em preparação entre as autoridades espanholas e portuguesas.

A oposição encarou, pois, de modo diferente, a questão da entrada da Espanha na NATO. Enquanto os socialistas, fugindo ao fundo do problema, se limitaram à afirmação sem consequências na expressão do voto, de que com este alargamento do Pacto do Atlântico poderiam não ficar acautelados os interesses nacionais, os comunistas centraram a sua oposição sobre a questão de fundo: o alargamento e consequente fortalecimento da NATO não contribui para a dissolução progressiva dos blocos militares, como aliás manda a Constituição, e visa acentuar o desequilíbrio militar entre os mesmos blocos. O PS, que na direcção actual conta com vários atlantistas, teria sido sensível, entretanto, à posição do seu congénere espanhol. Dividido entre dois amores escolheu a abstenção.

O camarada Dias Lourenço, na intervenção que proferiu, durante o debate, afirmou: A entrada da Espanha na NATO, primeiro nas estruturas políticas, depois nas estruturas militares, adensaria

de maneira mais vasta as preocupações de todos os portugueses ciosos da Paz que vêm com inquietação aumentarem os riscos de uma nova conflagração mundial susceptível de fazer sobocar a própria existência da Humanidade.

A adesão da Espanha à NATO viria, em primeiro lugar, alterar de maneira sensível o actual equilíbrio de forças na Europa.

Num documento hoje publicado pelo meu Partido diz-se justamente, a propósito desta questão, que "O PCP tem-se pronunciado abertamente contra o alargamento da NATO que, na presente conjuntura, se insere claramente na política agressiva do imperialismo norte-americano, visando o agravamento das tensões internacionais, a corrida aos armamentos e a supremacia militar do bloco imperialista".

Portugal, em nome dos interesses da Paz, tem o dever de se opor a qualquer proposta de alargamento da NATO. No

caso vertente Portugal deve opor-se à entrada da Espanha, além disso, em nome dos interesses nacionais do Povo Português e de Portugal como Nação independente.

A regra da unanimidade, prevalecente para as decisões capitais no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte, permitiria desde logo a Portugal assumir uma posição de consequente defesa dos interesses vitais do nosso Povo, ir ao encontro das aspirações profundas dos portugueses, contribuir positivamente para a defesa da causa da Paz.

A admissão da Espanha nas estruturas políticas e militares da Organização do Atlântico Norte iria, em segundo lugar, contrariar as recomendações da Acta Final de Helsinquia, que apontam inequivocamente para a dissolução dos blocos militares existentes.

A recusa do aval do Governo português, no uso pleno dos seus direitos, seria tanto mais importante quanto no momento actual, a Administração Reagan se encontra empenhada na ilusória ambição de fazer da Europa um futuro teatro de guerra nuclear.

A recusa de Portugal à adesão da Espanha seria por isso a nossa decisão mais justa (...)

(...) Votaremos uma posição que é coincidente nos aspectos fundamentais com a do Partido Socialista Operário Espanhol e a do Partido Comunista de Espanha — outros

O Governo não está preparado...

Nunca houve Governo tão perguntado. Nem Governo tão parco em respostas. Isso mesmo se pôde confirmar, uma vez mais, na sessão de anteontem, quase totalmente dedicada a perguntas dos deputados ao executivo de Balsemão. Mas, tal como os ministros foram poucos a comparecer, também as respostas não estiveram, em número, à altura das perguntas colocadas. Nem no que respeita ao seu conteúdo. Mas isso é outra história. Para começar, registemos que, às 9 perguntas do Partido Socialista, às 2 do MDP, às que a ASDI e a UEDS apresentaram — uma por cada —, e, ainda, às 21 perguntas formuladas pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português, apenas um ministro — o célebre Ângelo Correia — e depois secretários de Estado se dignaram comparecer. No fundamental para tentar diminuir o impacto das questões colocadas.

Foi assim que os secretários de Estado do Planeamento e da Estruturação Agrária foram à AR, com o Ministro da Administração Interna, fazer de conta que respondiam. Tiveram o cuidado de agrupar as perguntas. Assim: sobre o défice da balança de pagamentos; sobre as vendas das reservas de ouro; sobre a União das Cooperativas

mente sobre a intervenção da GNR na fábrica de louça de Sacavém.

Ainda lhe caem os dentes

O extenso rol de perguntas dá uma ideia do interesse que o debate poderia assumir se acaso o Governo "estivesse preparado". Mas, para um executivo cujas duas principais cabeças não aguentam sequer um debate televisivo sobre política geral "porque não estão preparados", era de esperar que as respostas não correspondessem à expectativa.

Por parte do PCP, as questões colocadas mereceriam a presença não apenas de três membros do Governo — 2 secretários e um ministro — mas de muitos mais. Perguntas variadas sobre a desastrosa gestão económica do país; sobre as provocações por parte de forças militarizadas aos trabalhadores das louças de Sacavém; sobre a política de liquidação da Reforma Agrária; sobre o célebre

caso da vinda a Portugal de uma autoridade policial espanhola; sobre o desenvolvimento dos bens do banqueiro Pinto de Magalhães; sobre os acordos de pescas com a Espanha; sobre a entrada em funcionamento do GOE; sobre a actuação do Governo Civil de Aveiro que terminou não serem de atribuir subsídios a associações populares situadas na área dos partidos da esquerda; sobre as pressões que o STAPE tentou exercer sobre o funcionamento regular dos órgãos de soberania; sobre o desinteresse em resolver os problemas que afectam os trabalhadores do sector têxtil; sobre o atropelo à lei que consagra a autogestão ao nomear o Governo par o Hotel Baía uma comissão de gestão demitindo a que fora eleita; sobre as medidas a tomar para resolver a grave situação das companhias de teatro independentes; sobre os actos de corrupção na administração pública; sobre a situação

Todos ao Alto da Ajuda!

Faltam dois meses, apenas dois meses para a Festa do "Avante!". Não seremos os primeiros a fazer estas contas. Neste momento, de Norte a Sul do país muitos camaradas e amigos, muitos democratas que querem participar em mais uma edição da Festa, terão contados os dias que faltam e possivelmente terão pensado: "Como é que já está o Alto da Ajuda?"

No recinto da Festa, a actividade sobe de ritmo. As múltiplas tarefas em curso têm agora de entrar numa fase mais movimentada. Há ainda muito trabalho para realizar. Há que pôr de pé as estruturas da Festa!

Quem pode concretizar esse trabalho? Todos nós! Independentemente da profissão, da idade, dos homens e mulheres, camaradas, amigos e simpatizantes do Partido, democratas que sentem no

coração a alegria do grande convívio popular do Alto da Ajuda.

Todos somos necessários. No próximo dia 2, domingo, lá estaremos para mais uma jornada de trabalho voluntário. Aos fins de semana a nossa participação nas tarefas de preparação e implantação constituirá a certeza de mais êxito da Festa do Portugal livre e democrático. Mãos à obra, amigos!

O prometido é devido! Na última semana escrevemos nestas páginas que, pela sua parte, o "Avante!" referiria todos os exemplos de que nos chegasse informação de venda militante da EP da Festa.

Hoje divulgamos os exemplos dados pelos camaradas Armando Santos Cerqueira, da célula do Banco Totta & Açores, de Lisboa, e António Sales Gonçalves, comerciante, de Setúbal: até agora já venderam, cada um, meia centena de Entradas Permanentes para a Festa do "Avante!". E garantem que não ficam por aqui...

Exemplos destes temos que os multiplicar. A venda da EP é o principal contributo financeiro da Festa. E comprar a EP não é só comprar o bilhete que dá acesso ao recinto do Alto da Ajuda a 2, 3 e 4 de Julho. É também uma forma de ajudar financeiramente a construção da Festa. E quanto mais depressa comprarmos a EP, mais importante se torna essa contribuição.

Desporto



Do programa da Festa do "Avante!", que se realiza no Alto da Ajuda, nos dias 2, 3 e 4 de Julho, contam-se diversas iniciativas desportivas.

Estas iniciativas estão, neste momento, em fase de preparação.

Além do torneio de futebol de salão, com inscrições já abertas, estão em fase de organização, o II prémio de ciclismo (dia 19 de Junho), o I concurso de pesca desportiva (dia 20 de Junho) e a V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria (20 de Junho).

Estas iniciativas são promovidas pela Organização Regional de Lisboa do PCP e pela Comissão de Desporto da Festa do "Avante!".

Entretanto, retira-se que o torneio de futebol de salão a nível da cidade de Lisboa começa no próximo dia 6 de Maio e não no dia 3 como anteriormente fora noticiado. Nesse dia 3 de Maio, a partir das 20 horas, decorrerá no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, uma reunião de delegados das equipas, onde se definirão vários aspectos organizativos do torneio.

Internacional

Imperialismo e sionismo de mãos dadas

Tropas americanas no Sinai Raids israelitas no Líbano

A «retirada» do Sinai decorreu de forma digna dos promotores de Camp David. Testemunhou simultaneamente a radicalização da luta entre o povo árabe palestino. Não só porque o Sinai ficou praticamente nas mesmas mãos — saíram as tropas de Israel para entrarem as tropas dos EUA. Mas porque esse momento-chave da «paz» de Camp David — o limite das «concessões», segundo o ministro da Defesa israelita — ficou assinalado por renovados ataques ao Líbano e violentas acções repressivas. Enquanto as massas palestinas se erguem contra o domínio de Tel-Aviv, contando com reforçado apoio dentro da própria Israel.

Em vésperas do 25 de Abril — data limite para a passagem do Sinai para mãos dos americanos — um oficial israelita morreu, vítima de uma mina anticarro, em pleno território libanês, ocupado pelas milícias fascistas libanesas, como guarda avançada das tropas israelitas no Líbano. Este o pretexto invocado por Israel para romper o cessar-fogo assinado em 24 de Julho do ano passado. Um pretexto à medida do raciocínio político de Israel, que assenta na ocupação de território alheio, e a sua «legitimação» pelo uso da força militar.

Com este pretexto — e visivelmente qualquer outro servia — aviões israelitas voltaram a bombardear campos de refugiados e os subúrbios de Beirute, capital libanesa. Durante duas horas foram devastadas estações de radar, depósitos de armas e bases costeiras dos palestinos expulsos das suas terras. Um míssil foi lançado sobre um orfanato. O «prelúdio» de uma guerra decisiva entre os palestinos e os israelitas —

assim foi definida esta acção por um dirigente militar das Forças Palestino-Progressistas do Líbano.

No 25 de Abril, enquanto a bandeira israelita era arriada no Sinai, as tropas israelitas viram uma vez mais as suas armas contra os palestinos dos territórios ocupados onde se organizaram manifestações de protesto contra a forma de devolução do Sinai ao Egipto. Na Cisjordânia e na faixa de Gaza realizou-se uma greve geral, enquanto na cidade de Nablus e nos campos de refugiados dos arredores foram içadas bandeiras palestinas — expressão da exigência fundamental de um Estado palestino independente.

Ameaças — por palavras e por actos

Nos últimos dias de Março o jornal norte-americano «New York Times», em artigo do seu correspondente em Israel, informava que «o Governo do primeiro-ministro Begin esclareceu

que o seu objectivo é privar a OLP do apoio político dos 800 mil árabes da margem Oeste do rio Jordão», e acrescentava: «a margem Oeste do rio Jordão, onde há pronunciamentos dos palestinos e onde foram tiros de espingardas israelitas, transformou-se num local onde Israel testa a sua tática em relação aos países árabes vizinhos». Que países árabes? — os que dão apoio ou guarda aos refugiados palestinos?

É evidente a cegueira política de Israel, que tais pretensões alimenta no exacto momento em que cresce o apoio popular e internacional à OLP. Mas os perigos de tal cegueira não são menos evidentes. Sobretudo quando por detrás há o forte apoio de Washington, rivalizando com Israel pela sua irrealista e perigosa política.

Factos e declarações comprovam o que é afirmado nas páginas do «New York Times». Há apenas alguns dias o ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, declarou: «aumentaremos a fixação de colonos nos Montes Golan, na Judeia e na Samaria e no distrito de Gaza». A anexação dos montes Golan, da Síria como os ataques armados e a ocupação de parte do território do Líbano, inserem-se nessa mesma política. O próprio processo de «autonomia» palestina, engendrado em Camp David, não passa, para o governo israelita, de uma outra via de consolidação da ocupação.

Souleiman an-Najjal, membro da Comissão Política do Partido Comunista Palestino e do

Conselho Nacional da Palestina, que conseguiu há pouco fugir de uma cadeia israelita, afirmou recentemente que «o objectivo dos ocupacionistas é anexar a margem ocidental do Jordão e Gaza, como aconteceu já com os montes Golan e Jerusalém Oriental, privar o povo palestino, de uma vez para sempre, do direito ao seu Estado». Só que entre tais objectivos e a sua concretização prática vai uma grande distância. Uma distância crescente — marcada pela luta do povo palestino e de todos os povos árabes e pela activa solidariedade das forças progressistas e da comunidade socialista.

A dinâmica da luta

Mais de 6000 palestinos estão nas prisões de Israel. Cerca de 200 mil habitantes da Cisjordânia e de Gaza passaram pelas prisões israelitas, desde 67. Tel-Aviv confiscou 38 por cento dos territórios ocupados — de onde expulsou os palestinos, e destruiu ou emparedou as suas casas —, alimentando a pretensão de elevar até um milhão o número de colonos (actualmente 120 mil). O desenvolvimento de uma indústria autónoma local está proibido. Por todas as formas os palestinos são empurrados para a emigração.

A verdade é que este quadro repressivo não impede o ascenso da luta do povo palestino. Pelo contrário. Assiste-se a uma participação nunca vista de todas as camadas da população. Assiste-se a uma evidente radicalização da luta. Todas as tentativas dos ocupacionistas para



infiltrar elementos colaboracionistas para concretização do seu plano de «autonomia administrativa» falharão face ao conhecimento unânime da OLP como único legítimo representante dos palestinos. Outras formas de organização promovidas por Israel, como as «associações rurais» desmoralizaram



Um crescente movimento de massas opõe-se à política de genocídio praticada por Israel com o apoio dos EUA. Nas fotos, Beirute bombardeada e as grandiosas manifestações de palestinos no «Dia da Terra», na Nazareth.

seja a batalha para os derrotar, o chão foge debaixo dos pés dos ocupacionistas.

De paralelo com a luta dos palestinos, dois outros importantes processos estão em desenvolvimento.

Em primeiro lugar temos o crescente apoio das forças progressistas de Israel aos palestinos. Ao lado do Partido Comunista de Israel que sempre apoiou consequentemente, e dentro de um espírito profundamente internacionalista, a luta do povo palestino, temos agora o movimento «Paz hoje». Ambos organizaram há pouco uma manifestação de protesto em Tel-Aviv que reuniu 15 mil pessoas. A greve dos árabes israelitas em 30 de Março, o «Dia da Terra», demonstrou o seu total apoio aos palestinos nos territórios ocupados e nos países árabes para onde foram empurrados pelos ocupantes.

Em segundo lugar temos as repercussões, mesmo entre os regimes árabes reaccionários,

das posições assumidas por Washington e Tel-Aviv. O espírito anti-imperialista que reina entre as populações árabes não permite veleidades aos governos mais próximos da Casa Branca. A luta dos palestinos é profundamente sentida e apoiada por todo o mundo árabe. Posições como a utilização do veto — uma vez mais — pelos norte-americanos, para defender Israel de uma condenação do Conselho de Segurança da ONU, não podem deixar de acentuar o carácter anti-imperialista da batalha que se trava no Médio Oriente contra a política belicista de Israel. Por isso o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Habb Chatil, preveniu que o conflito israelo-árabe poderá vir a transformar-se num «confronto americano-árabe».

Contradições que o imperialismo teve com a sua política antipopular. E que irremediavelmente tendem a acentuar-se com a crescente luta dos povos.

Malvinas

Ataque às Georgias agrava conflito

O ataque britânico à Geórgia do Sul, ilha situada a dois mil quilómetros da costa argentina e 1200 a leste das Malvinas, no passado domingo, abriu uma nova e perigosa fase no conflito que opõe Buenos Aires e Londres.

Condenada quer interna quer internacionalmente, a agressão britânica pode por termo às negociações em curso para a resolução pacífica do diferendo pela posse das ilhas Malvinas, ao mesmo tempo que se assume claramente como um desafio à Organização dos Estados Americanos (OEA) no momento preciso em que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da organização se preparavam para debater a situação.

Com efeito, e embora responsáveis argentinos tenham afirmado não ser intenção daquele país pedir apoio militar à OEA, importa não esquecer o artigo terceiro do Tratado Interamericano da Assistência Recíproca (TIAR) que afirma textualmente que «um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos».

A irresponsabilidade da política de Margaret Thatcher, que como salienta uma declaração do governo cubano a propósito

do ataque à Geórgia do Sul constitui «uma violação flagrante dos princípios mais elementares do direito internacional, da Carta das Nações Unidas e dos termos da resolução 502 do Conselho de Segurança» (onde se proíbe o uso da força enquanto decorrerem negociações), auspiciada pela própria Grã-Bretanha, torna-se mais notória quando colocada face à questão «porquê?».

Porquê o desencadear de um conflito aberto, porquê o abrir de portas à possibilidade de guerra, quando o que está em jogo são umas ilhas quase desabitadas a que a Grã-Bretanha nunca dedicou particular atenção depois de há cento e cinquenta anos as ter usurpado à soberania argentina?

O tão reconhecido como condenado espírito colonialista britânico é manifestamente insuficiente para justificar tal passo aos olhos da comunidade internacional. Quanto mais não fosse porquê o ataque implica, como denuncia a declaração cubana que já referimos, «uma

tentativa de retorno à etapa caduca da política das canhoelras e dos métodos coloniais inaceitáveis na nossa época».

Que a administração Thatcher não ignora os perigos que a sua acção encerra prova-o o facto das tropas argentinas aprisionadas na Geórgia do Sul não estarem, segundo Londres, a ser tratadas como prisioneiros de guerra.

Mas o que sucederá se a Argentina decidir pedir a aplicação do artigo oitavo do TIAR, que prevê medidas que vão desde o corte de relações diplomáticas e consulares até à interrupção parcial ou total das relações económicas dos países signatários com o Estado agressor, no caso a Grã-Bretanha?

E que esperar nesse caso dos Estados Unidos, encurralado por um lado no apoio a um dos seus mais fiéis aliados — a Grã-Bretanha — e por outro no desejo de captar os apoios dos países da OEA para a sua política em El Salvador e Nicarágua?

Muitas são as questões que as contradições internas do imperialismo coloca. O que importa não esquecer é que elas podem por em causa a paz e segurança de toda a região.

Sociais-democratas da RFA

Terminou o Congresso permanecem os problemas

Muitos milhares de manifestantes saíram para as ruas de várias cidades oeste-alemãs no fim-de-semana que precedeu o congresso do Partido Social Democrata da Alemanha (PSDA), realizado em Munique de 19 a 23 de Abril. Os manifestantes apelavam aos congressistas social-democratas, para que se pronunciassem contra a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, no próximo ano.

Esta uma das questões centrais para o povo da RFA. Um dos problemas que contribui para a quebra de confiança no PSDA e para a sua divisão interna.

A outra questão central é a degradação da vida económica nacional e o constante agravamento das condições de vida. A crise atingiu graves proporções.



O apelo de Krefeld, contra as armas nucleares, já foi assinado por mais de dois milhões de pessoas.

sociedades arruinadas foi de 5500, contra 3 mil no mesmo período do ano anterior. A indústria têxtil e metalúrgica, além de outros ramos da indústria transformadora, foram duramente afectados. Tudo isto conduziu a um acentuado agravamento do problema do desemprego. O número de desempregados é de cerca de 2 milhões. A gravidade do momento que se vive actualmente no mundo capitalista, levou mesmo Helmut Schmidt a declarar no Congresso do PSDA que os países capitalistas atravessam «a segunda crise pela sua gravidade registada no nosso século».

O Congresso do PSDA terminou sem que caminhos claros tenham sido apontados para superar mesmo a crise interna do Partido. Há propostas relativas a um novo programa de comba-

te ao desemprego e estimulação da economia — propostas que à partida se sabe irem esbarrar com a recusa por parte do outro partido da coligação — Partido Liberal — que se opõe a qualquer intervenção mais do governo na área económica.

No que respeita à questão fundamental da implantação de novos mísseis nucleares norte-americanos na RFA, foi aprovada uma moção que remete a decisão final para uma reunião a realizar em Bona para o fim do próximo ano, tendo em conta os resultados das conversações de Genebra, entre a União Soviética e os EUA (conversações que esbarram com uma sistemática política de sabotagem por parte dos Estados Unidos). Decisão que, apesar das suas evidentes limitações, reflecte entretanto o peso, no PSDA, da corrente que

se pronuncia contra mais armas nucleares na Europa (dez dos 22 ramos do Partido).

As eleições realizadas em 21 de Março na Baixa Saxónia deram ao PSDA menos 5,7% dos votos que nas anteriores eleições e à União Democrática Cristã (UDC), mais 2%. Factos que reflectem o descontentamento popular. Mas também os perigos de esse descontentamento poder virar-se contra o próprio povo alemão, abrindo caminho ao retorno da direita ao Poder, como recentemente alertava o «Unsere Zeit», órgão central dos comunistas da RFA, «a chegada ao poder de Bona do bloco UDC/USC significaria o agravamento ainda maior da situação tanto na esfera da política externa — subordinada ainda maior do nosso país às exigências da política agressiva de Reagan, de intensificação da corrida aos armamentos e de realização da decisão da NATO sobre mísseis; como na da política interna — aumento dos ataques aos direitos democráticos e a transferência ainda mais decisiva do jugo da crise sobre a população trabalhadora».

Nicarágua

Quatro paredes e um tecto

Qualquer semelhança entre a situação da Nicarágua antes e depois do derrube do ditador Somoza é sem dúvida pura coincidência. Até em questões que à partida se poderiam considerar «pacíficas» as diferenças existem. Como, por exemplo, no facto de hoje os nicaraguaios já poderem falar com propriedade de casas com quatro paredes e um tecto, ao invés de casas com apenas três paredes.

Explicarmo-nos. No tempo do ditador Somoza, salvo alguns mesquinhos «planos de habitação» de carácter demagógico, nada se fazia para tentar solucionar a grave crise habitacional na Nicarágua. Um desses planos consistia na entrega de casas sem instalações sanitárias e só com três paredes... a quarta ficava a cargo de quem a ia habitar!!

Barracas de chapa e cartão são uma constante nos arredores de Manágua e nas cidades e povoações nicaraguais; a choça constituía a construção típica da família camponesa.

Em 1972, o terramoto que abalou a capital agravou ainda mais a situação: cerca de 40 000 casas foram destruídas e o governo expulsou os seus habitantes para outros locais sem lhes conceder qualquer auxílio para a construção de nova residência. Por isso Manágua se foi transformando num imenso baldio.

Depois veio a guerra civil e a destruição de milhares de habitações pela aviação somozista. Face a semelhante situação, o governo de Reconstrução Nacional teve de encerrar os dramáticos problemas habitacionais, o mais grave juntamente com o do abastecimento de viveres.

Eis algumas das medidas tomadas, onde não se regista qualquer paralelo com as «soluções» somozistas:

• Criação de «bancos de materiais e de terrenos» para promover a autoconstrução, com um pagamento mínimo, eliminando a especulação.

• As vítimas da guerra e da repressão continuam a rece-

ber gratuitamente a sua nova casa.

• As rendas de casa baixaram cerca de 50 a 60 por cento.

• Iniciou-se a reforma urbana, que consiste na distribuição das casas abandonadas pelos que saíram do país, principalmente das habitações confiscadas aos membros da clique de Somoza. Com essa medida foram reinstalados até Maio do ano passado 85 198 habitantes e mais 41 050 até fins de 1981.

• Durante o ano passado foram construídas 3 331 habitações destinadas a famílias operárias e camponesas e outras 6500 foram reparadas com o apoio estatal e a colaboração activa de moradores e organizações populares.

As mesmas organizações que agregam hoje o povo nicaraguense no apoio ao seu governo popular e na defesa das verdadeiras conquistas alcançadas com a revolução. Como uma casa com quatro paredes e um tecto.

Afeganistão

Quatro anos depois de Abril o país já é outro

A destruição das sequelas do feudalismo, a limitação da posse das terras a grandes latifundiários e a sua entrega aos camponeses, o aumento do nível de vida do povo, o desenvolvimento da cultura nacional e a democratização da vida política e social são, segundo Babrak Karmal, as principais tarefas da revolução afegã que antecede o seu 4.º aniversário.

Mau grado as grandes dificuldades que tem sido obrigado a enfrentar para se libertar do atado feudal em que vivia, crescidas do combate diário contra os contra-revolucionários armados pelo imperialismo norte-americano e seus aliados, o Afeganistão registou nos últimos quatro anos profundas transformações.

A produção industrial aumentou o ano passado em 1,5 por cento e a agrícola em 3 por cento; a extracção de gás em Jausdjan e as minas de carvão aumentaram a sua produção; a empresa de construção civil de Cabul foi reconstruída, sem parar a sua produção, para poder produzir duas vezes mais; os salários dos operários e empre-

gados do sector estatal sofreu aumentos entre os 25 e 50 por cento; mais de meio milhão de afegãos aprende as primeiras letras graças à aplicação de um sistema ramificado de alfabetização.

Segundo as palavras do chefe do governo afegão, em entrevista a uma revista cubana, faz-se o indispensável para assegurar o desenvolvimento mais rápido das regiões atrasadas.

E os bons resultados conseguidos em tão pouco tempo cimentam não só a confiança popular na revolução de Abril afegã, como começam a fazer pendurar o prato da balança a seu favor na comunidade internacional, mesmo há onde a campanha de desinformação imperialista desenvolve todos os esforços para, pela mentira sistemática, conseguir justificar a intervenção dos EUA. Testemunham-no, entre outras, declarações de membros do Partido Trabalhista britânico, que após uma visita à República Democrática do Afeganistão não hesitaram em afirmar que «a política de respeito pelos sentimentos nacionais e religiosos da população, pelo governo de Babrak Karmal, começa a dar os seus frutos», ao mesmo tempo que «no campo, cresce a compreensão e o apoio à política governamental».

O que os parlamentares britânicos reconheceram em 1981 era no entanto já claro para os camponeses afegãos quando realizaram o primeiro congresso das cooperativas agrícolas. Basta dizer que em meados de 1980 existiam no Afeganistão mais de 1200 cooperativas camponesas que agrupavam 183 mil proprietários de terra com um capital equivalente a 66 milhões de «afganis» e 147 mil hectares de terra cultivada. O apoio estatal e, especialmente,

o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária deram uma ajuda inestimável a estes pioneiros do trabalho colectivo nas zonas rurais afegãs.

Apoite-se, como exemplo, o aumento do preço de compra do algodão e do trigo; a venda aos cooperativistas agrícolas, em condições de crédito vantajosas, de grande quantidade de adubos, a baixa de preços da maquinaria e outros instrumentos agrícolas. As cooperativas obtiveram ainda créditos no valor de 1000 milhões de «afganis», sementes seleccionadas, insecticidas, bem como apoio na comercialização dos produtos.

Os frutos do apoio estatal não se faz esperar: aumentou a produção de trigo, arroz, cevada, batatas, frutas, etc. O que permitiu satisfazer, no essencial, as necessidades da população afegã em alimentos e aumentar as exportações, nomeadamente de frutos secos, algodão, peles, com as corres-

pondentes vantagens para a economia da República.

Compreende-se assim que, como afirmou em Novembro passado o Secretário-Geral do Congresso Sindical Pan-Indiano, Indrajit Gupta, «as transformações revolucionárias do Afeganistão têm todo o apoio dos trabalhadores»; e também as declarações do antigo presidente da Liga da Juventude Socialista do Japão, ao salientar que «a segunda etapa da revolução afegã, iniciada em 27 de Dezembro de 1979, correspondem aos anseios do povo, excepto aos dos antigos feudais, e goza de apoio autenticamente popular».

A criação, no ano passado, da Frente Patriótica Nacional, num congresso em que participaram 940 delegados em representação de operários, camponeses, intelectuais, clero, tribos e outras camadas é bem um marco no fortalecimento do apoio popular à revolução de Abril no Afeganistão.

Movimento comunista internacional

• POUP — Resumindo os debates da 8.ª reunião plenária do CC do Partido Operário Unificado da Polónia, realizada a semana passada, o camarada Jaruzelski denunciou «a monumental manipulação pelas forças imperialistas, e antes dos maispeis meios dirigentes dos EUA, do chamado problema polaco», destacando também que «a conquista da coexistência pacífica está actualmente ameaçada. A agência nos assuntos internos de Estados sobera-

nos reveste-se de um carácter cada vez mais directo». Jaruzelski salientou problemas tão importantes como a reforma económica na Polónia, que deverá seguir etapas adequadas à realidade da crise económica nacional, destacando a compreensão popular da necessidade e dos objectivos dessa reforma como condição fundamental do seu êxito. O que pressupõe uma acção unida de todas as forças por uma Polónia socialista, antes do mais na base dos comités civicos entretanto cria-

dos. Jaruzelski destacou ainda como essencial e inestimável, «que nos momentos mais difíceis estejamos conscientes de não estar nunca sós, que os países socialistas e em primeiro lugar a URSS nos ajudem».

• PSUA — O Partido Socialista Unificado Alemão foi fundado num Congresso celebrado em 21 e 22 de Abril de 1946, pela fusão entre o Partido Comunista de Alemanha e o Partido Social-Democrata da Alemanha. Assinalando esta data o

«Neus Deutschland», órgão central do PSUA, sublinha que na base do «marxismo-leninismo e em estreita unidade com as massas trabalhadoras, o Partido passou a ser, reconhecidamente, a força dirigente da sociedade».

• AKEL — O Partido Comunista do Chipre (AKEL) assinou com o Partido Democrático do presidente da República de Chipre, Spyros Kyprianou, um comunicado conjunto em que se comprometem a agir em comum pela reeleição do actual pre-

sidente, em Fevereiro de 1983. No Parlamento actual, que tem 25 lugares, os comunistas contam com 12 eleitos e o Partido democrático com 8.

• PCB — De 26 a 28 de Março realizou-se o XXIV Congresso do Partido Comunista da Bélgica. O PCB tem contribuído activamente para o vasto movimento popular contra a corrida aos armamentos e a implantação de mais mísseis nucleares norte-americanos na Europa.



Os trabalhadores afegãos aprendem a ler e a escrever, construindo o futuro e defendendo a democracia.